

Diários Acadêmicos

Experiências na Educação Especial Inclusiva

Tulio Adriano Marques Alves Gontijo

Marcos Vinícius de Sousa Gontijo

(Organizadores)

Adriana Dias Soares

Ana Beatriz C. de Oliveira

Anna Gabriella A. Vilela

Anna Lia L. Bernardes

Bruna Pereira Alves

Diovana Alves Costa

Dyeneffe Lorraine G. de Sousa

Jesser Lima Souza

Joanda Ferreira A. da Silva

Júlia Silva Souza

Karolina Soares de Castro

Kelly Cristina C. da Silva

Marcella Carvalho Assis

Maria Eduarda S. Pereira

Maria Joaquina A. C. Barros

Pedro Henrique T. Watanabe

Selma Rocha Ramos

Thályta Loys Gonçalves

Diários Acadêmicos

Experiências na Educação Especial Inclusiva

Tulio Adriano Marques Alves Gontijo

Marcos Vinícius de Sousa Gontijo

(Organizadores)

G641d

Diários Acadêmicos: Experiências na Educação Especial Inclusiva [recurso eletrônico] / Organizadores: Tulio Adriano Marques Alves Gontijo; Marcos Vinícius de Sousa Gontijo. Cuiabá-MT: Guará Editora, 2026.

ISBN 978-65-84310-16-2

1. Educação Especial. 2. Educação Inclusiva. I. Gontijo, Tulio Adriano Marques Alves. II. Gontijo, Marcos Vinícius de Sousa.

CDU 376

Todos os direitos desta edição pertencem exclusivamente à Guará Editora e aos Organizadores.

É proibida a reprodução, no todo ou em parte, em qualquer tipo de mídia, sem autorização prévia por escrito da Editora.

Qualquer violação estará sujeita às sanções previstas em lei.

A Editora não se responsabiliza pelas opiniões expressas nesta obra.

Copyright © do texto 2026: Dos Organizadores

Copyright © da edição 2026: Guará Editora

Coordenação Editorial: Guará Editora

Revisão: Dr. Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Conselho Editorial

Dr. Jackson Antônio Lamounier Camargos Resende (UFMT)

Dr. Leandro Dênis Battirola (UFMT)

Dra. Taciana Mirna Sambrano (UFMT/IFMT)

Dra. Alexcina Oliveira Cirne (Unicap)

Dra. Jussivania de Carvalho Vieira Batista Pereira (UFMT/Seduc MT)

Dra. Mairy Aparecida Pereira Soares Ribeiro (UniGoiás/ Seduc GO)

Dr. Jonatan Costa Gomes (ICEC)

Dra. Érica do Socorro Barbosa Reis (UFPA)

Dr. Tulio Adriano M. Alves Gontijo (UFJ)

Dra. Solange Maria de Barros (UFMT)

Dra. Sônia Marta de Oliveira (PUC Minas/ SGO-PBH)

Dra. Rosaline Rocha Lunardi (UFMT)

Dr. Fábio Henrique Baia (UniRV)

Dra. Hélia Vannucchi de Almeida Santos (UFMT)

Ma. Jessica da Graça Bastos Borges (UFMT)

Dra. Izabelly Correia dos Santos Brayner (UPE)

Ms. Douglas de Farias Rios (UNIVAG)

Dr. Lucas Eduardo Marques-Santos (UFG)

Dra. Caroline Pereira de Oliveira (UFMT)



GUARÁ EDITORA

www.guaraeditora.com.br/

contato@guaraeditora.com.br

WhatsApp (64) 99604-0121



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO _____ 8

RELATO DE EXPERIÊNCIA - OBSERVAÇÕES SOBRE A PRÁTICA DO
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO _____ 10

Anna Lia Lopes Bernardes
Thálya Loys Gonçalves

O COTIDIANO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - UM
RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DA OBSERVAÇÃO DE CAMPO _____ 25

Adriana Dias Soares
Marcella Carvalho Assis

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA - RELATO
DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DE UMA VISITA TÉCNICA AO ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO. _____ 43

Diovana Alves Costa
Karolina Soares De Castro

RELATO DE EXPERIÊNCIA - O ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA _____ 65

Ana Beatriz Calixto de Oliveira
Anna Gabriella Assis Vilela
Joanda Ferreira Alexandre da Silva

RELATO DE EXPERIÊNCIA - OBSERVAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NA ESCOLA MUNICIPAL AUTA DE SOUZA_____77

Jesser Lima Souza

Kelly Cristina Cardoso da Silva

VIVENCIANDO O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - RELATO DE EXPERIÊNCIA_____90

Dyeneffe Loranne Gonçalves de Sousa

Júlia Silva Souza

RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ATENDIMENTO AEE NA ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ SCHEILLA_____99

Pedro Henrique Toyama Watanabe

Selma Rocha Ramos

RELATO DE EXPERIÊNCIA - OBSERVAÇÕES SOBRE A PRÁTICA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO_____12

Bruna Pereira Alves

Maria Eduarda Santos Pereira

Maria Joaquina Almeida Carvalho Barros

APRESENTAÇÃO

A Educação Inclusiva emerge no cenário contemporâneo como um importante instrumento de promoção dos direitos humanos, da equidade e da justiça social. Mais do que uma diretriz pedagógica, ela defende o reconhecimento das diferenças como elemento constitutivo da condição humana, combatendo qualquer fator de exclusão. No Brasil, essa perspectiva é amparada por marcos legais fundamentais, como a Constituição Federal de 1988, a LDB (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI) (2025) e, de maneira muito marcante, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Esta última nos convida a uma mudança crucial de paradigma: a deficiência não deve ser compreendida apenas pelas limitações individuais, mas sim pelas barreiras físicas, atitudinais e pedagógicas que o ambiente e a sociedade impõem.

Esta obra é fruto direto do engajamento e da sensibilidade dos acadêmicos da disciplina Educação Especial e Inclusiva, ofertada pelo professor Dr. Tulio Gontijo da Universidade Federal de Jataí. O livro consolida as reflexões e os desdobramentos práticos desenvolvidos no contexto da disciplina, traduzindo o compromisso da instituição com uma formação docente crítica, situada e socialmente referenciada.

O trabalho se fundamenta em uma abordagem qualitativa de natureza descritiva e reflexiva, articulando os aportes teóricos da área com a vivência empírica obtida por meio de visitas técnicas. A obra demonstra como o contato sistemático com a realidade escolar instrumentaliza os futuros professores, permitindo que a teoria acadêmica subsidie a análise crítica das demandas cotidianas e a elaboração de propostas pedagógicas acessíveis e fundamentadas.

A coletânea reúne um conjunto de produções acadêmicas voltadas à investigação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e de suas interfaces com a educação inclusiva, evidenciando o papel complementar e suplementar desse atendimento na oferta de recursos pedagógicos e estratégias de acessibilidade voltadas à eliminação de barreiras à aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial.

A relevância da obra reside no protagonismo dos autores, cujos olhares atentos e reflexivos dão voz às análises sobre a realidade educacional. A coleta de informações e a observação direta das práticas pedagógicas evidenciam o engajamento discente na construção de um conhecimento enraizado nas demandas reais da profissão docente.

Esta obra representa uma contribuição significativa para o debate contemporâneo sobre a inclusão escolar, sintetizando investigações que aliam rigor acadêmico e compromisso social. O livro convida educadores, pesquisadores e estudantes a refletirem sobre os desafios e as possibilidades na construção de ambientes educacionais equitativos, na expectativa de inspirar novas práticas pedagógicas comprometidas com a valorização do potencial de cada indivíduo.

Tulio Adriano Marques Alves Gontijo
Marcos Vinícius de Sousa Gontijo

1

RELATO DE EXPERIÊNCIA

OBSERVAÇÕES SOBRE A PRÁTICA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Anna Lia Lopes Bernardes¹
Thályta Loys Gonçalves²

INTRODUÇÃO

Esse trabalho é derivado do núcleo livre *Educação Especial e Inclusiva*, composto por alunos da Universidade Federal de Jataí. O interesse da dupla emergiu tendo em vista a relevância dos conteúdos para a nossa formação enquanto indivíduos, docentes e profissionais.

O objetivo do presente relato de experiência é analisar os principais aspectos relacionados à Educação Especial Inclusiva, compreendendo sua importância para garantia do direito à educação a todos os estudantes, bem como refletir sobre os desafios e as possibilidades para a construção de ambientes educacionais mais acessíveis, equitativos e inclusivos, na escola Municipal Clarindo de Melo, localizada na Avenida Veriano de Oliveira Lima, na Vila progresso, Jataí- GO.

A escolha do tema Educação Especial e Inclusiva se justifica pela sua relevância social, educacional e profissional. Em uma sociedade marcada pela diversidade, torna-se fundamental compreender os princípios da inclusão e os mecanismos que garantem o acesso, a perma-

1 Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Federal de Jataí.
E-mail: thalyta.goncalves@discente.ufj.edu.br

2 Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Federal de Jataí.
E-mail : analia.lopes@discente.ufj.edu.b

nência e a aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, de modo a promover a desconstrução de preconceitos e fortalecer uma perspectiva de reconhecimento. Além disso, o estudo desse tema contribui para a formação de futuros profissionais mais conscientes e preparados para promover práticas inclusivas, respeitando as diferenças e valorizando o potencial de cada indivíduo.

A discussão sobre Educação Especial e Educação Inclusiva tem ganhado destaque nas últimas décadas devido à necessidade de garantir o direito à educação para todos os estudantes, respeitando suas diferenças e promovendo a participação plena no ambiente escolar. Embora os termos sejam frequentemente utilizados como sinônimos, eles possuem significados distintos e complementares.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o público-alvo da Educação Especial é composto por: Pessoas com deficiência (física, intelectual, visual, auditiva e múltipla); Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outros transtornos globais do desenvolvimento; Pessoas com altas habilidades ou superdotação. Nessa perspectiva, a Educação Especial não substitui o ensino regular, mas atua como suporte complementar ou suplementar por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Já a Educação Inclusiva possui um conceito mais amplo, trata-se de um processo que busca responder à diversidade das necessidades de todos os estudantes, aumentando sua participação na aprendizagem, na cultura e na comunidade escolar.

Considerando a necessidade de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial no ensino regular, destaca-se a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esse serviço constitui uma das principais estratégias previstas nas políticas de educação inclusiva brasileiras, sendo responsável por identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que favoreçam a participação e o desenvolvimento dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação.

De acordo com o art. 5º do Decreto nº 12.686/2025, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) se constitui como uma atividade pedagógica de caráter complementar à escolarização das pessoas com deficiência e com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suplementar à escolarização das pessoas com altas habilidades ou superdotação. Nesse contexto, a oferta do AEE não pode ser condicionada à apresentação de diagnóstico, laudo ou relatório médico, conforme estabelece o art. 11, § 7º, do referido Decreto. A identificação do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) deve ocorrer por meio de um processo pedagógico fundamentado na identificação inicial das demandas e barreiras enfrentadas pelo estudante, na análise do contexto escolar, na avaliação de suas potencialidades e necessidades de apoio e, por fim, na definição das estratégias pedagógicas e dos recursos de acessibilidade necessários para garantir sua participação e aprendizagem.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Este trabalho se caracteriza como um relato de experiência de natureza descritiva e reflexiva, desenvolvido a partir das atividades realizadas na disciplina de Educação Especial e Inclusiva. O relato de experiência consiste em uma modalidade de produção científica que busca descrever, analisar e refletir criticamente sobre uma vivência, articulando a experiência prática com referenciais teóricos, de modo a possibilitar a produção de conhecimentos a partir da realidade vivenciada (Mussi; Flores; Almeida, 2021). Dessa forma, além de registrar as ações desenvolvidas, esse tipo de estudo favorece a compreensão dos processos vivenciados e a construção de reflexões acerca da prática.

A experiência foi construída em dois momentos complementares: o primeiro ocorreu em sala de aula, por meio de estudos teóricos e discussões sobre a educação inclusiva e seus fundamentos legais; o segundo consistiu em uma visita técnica à sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Escola Municipal Clarindo de Melo.

A etapa teórica envolveu a leitura, análise e discussão de legislações e materiais acadêmicos relacionados à Educação Especial e Inclu-

siva. Entre os documentos estudados, destacam-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e o Decreto nº 12.686/2025, posteriormente atualizado pelo Decreto nº 12.773/2025. Além disso, foram trabalhados textos que abordam os princípios da educação inclusiva, o papel do Atendimento Educacional Especializado e os direitos das pessoas com deficiência no contexto educacional. Esses estudos contribuíram para a compreensão dos aspectos legais e conceituais que orientam as práticas inclusivas nas escolas.

A visita técnica teve como objetivo conhecer o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado, compreender a atuação da professora responsável pelo serviço e observar, na prática, as estratégias utilizadas no atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial. A coleta de informações ocorreu por meio de uma entrevista semiestruturada e da observação de atendimentos realizados na sala de AEE. A entrevista semiestruturada se caracteriza pela utilização de um roteiro previamente elaborado, composto por questões norteadoras que orientam a conversa, mas permitem ao entrevistador explorar aspectos relevantes que emergem durante a interação, proporcionando maior flexibilidade e aprofundamento das informações obtidas (Gil, 2022).

Além disso, a observação dos atendimentos possibilitou compreender, na prática, a organização do serviço, as estratégias utilizadas pela professora e as especificidades do Atendimento Educacional Especializado.

Inicialmente, foi realizada uma entrevista com a professora responsável pelo atendimento, com duração aproximada de 30 minutos. Para sua realização, foi utilizado um roteiro previamente elaborado contendo questões relacionadas à organização do serviço, às atribuições da profissional, aos recursos pedagógicos utilizados e aos principais desafios encontrados no processo de inclusão escolar. Posteriormente, foram observados dois atendimentos individuais conduzidos pela professora, com duração aproximada de 45 minutos cada.

Imagem 1. Roteiro da Entrevista

Roteiro de entrevista:

VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL:

- 1 - Nome e idade do profissional:
- 2 - Formação profissional (Tempo de formado, o que motivou a atuar na área - como conheceu e como ingressou, a quanto tempo trabalha com AEE).
- 3 - Em quantas escolas trabalha. E quais são os turnos (Rotina de trabalho)?

SOBRE OS ALUNOS ATENDIDOS E INSTITUIÇÕES:

- 1 - Como os estudantes do AEE chegam até você? Como é realizado o processo de identificação e inclusão desses alunos?
- 2 - Quais são as demandas mais frequentes que você encontra? E atualmente, com quais tipos de deficiência você trabalha? Com quantos alunos trabalha?
- 3 - As demandas nessa instituição são apenas internas, ou externas também? (De outras instituições que são atendidas aqui)
- 4 - Todos os atendimentos acontecem individualmente?
- 5 - O financiamento para a produção do plano é feito por parte da escola (caso, o plano seja feito pela profissional AEE)? Como funciona a distribuição dessas verbas (frequência e se é suficiente)?
- 6 - Como é a relação do AEE com ensino regular? Existe uma comunicação eficaz entre você como profissional de AEE e professor? Os professores costumam solicitar orientações sobre adaptação curricular?

PLANO DE ATENDIMENTO:

- 1 - Como é preparado o Plano de Atendimento Educacional Especializado? Existe um suporte por parte da instituição e ou professor regente para a produção?
- 2 - Quais recursos pedagógicos você utiliza com mais frequência? O manejo dos recursos

Fonte: Acervo das autoras (2026).

O primeiro atendimento envolveu um estudante diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA), enquanto o segundo foi realizado com um estudante diagnosticado com Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Durante as observações, foram registrados aspectos relacionados às estratégias pedagógicas utilizadas, à interação entre professora e estudante, aos recursos empregados durante as atividades e às particularidades apresentadas em cada atendimento.

As informações obtidas por meio da entrevista e das observações foram analisadas de forma descritiva e reflexiva, buscando relacionar as experiências vivenciadas com os conteúdos estudados ao longo da disciplina. Dessa forma, foi possível compreender, de maneira mais

concreta, a importância do Atendimento Educacional Especializado na promoção da inclusão escolar e no desenvolvimento das potencialidades dos estudantes atendidos.

Este trabalho contou com o auxílio da ferramenta ChatGPT (OpenAI) exclusivamente para revisão gramatical, aprimoramento da coesão e coerência textual e organização da escrita. Todo o conteúdo, as análises, as interpretações e as conclusões apresentadas são de responsabilidade das autoras, que realizaram a conferência e validação das informações antes da versão final do trabalho.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Durante a visita técnica à sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), foi possível observar dois atendimentos individuais realizados pela professora responsável pelo serviço. As observações permitiram compreender como o AEE atua na identificação das necessidades dos estudantes e na elaboração de estratégias que favoreçam seu desenvolvimento e participação no ambiente escolar.

Durante a entrevista, a profissional relatou que atua há 26 anos na rede municipal de educação de Jataí e que, ao longo de sua trajetória, foi desenvolvendo interesse e identificação com o trabalho voltado às crianças neuro divergentes. Em razão desse interesse, buscou especialização na área da Educação Inclusiva e, atualmente, atua nos períodos matutino e vespertino no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Segundo a entrevistada, o atendimento aos estudantes se inicia por meio da anamnese, momento em que a família apresenta o laudo médico e fornece informações sobre a rotina, o contexto familiar e o comportamento da criança no ambiente doméstico. A partir dessas informações, é elaborado o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), construído com base nas dificuldades e necessidades específicas de cada estudante, respeitando sua individualidade e seus interesses.

A profissional informou que atende, atualmente, 47 crianças, sendo as principais demandas relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) e ao Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Ela destacou que houve um aumento significativo no número de laudos na Educação Infantil. No entanto, ressaltou que, em alguns casos, dificuldades apresentadas pelas crianças podem estar relacionadas a fatores como excesso de tempo de exposição às telas, ausência de rotina e inadequação do sono, e não exclusivamente ao transtorno.

Nesse sentido, enfatizou a importância do acompanhamento e da participação da família no processo de desenvolvimento da criança. Segundo a entrevistada, muitos responsáveis atribuem todas as dificuldades ao transtorno, quando, muitas vezes, a falta de regras, limites e rotina no ambiente familiar também interfere no desenvolvimento infantil. Ela ressaltou ainda que ter um transtorno não significa que a criança não deva receber orientações e limites, sendo indispensável o comprometimento da família com o trabalho desenvolvido pela escola.

A profissional explicou que, conforme o desenvolvimento da criança, os pais são chamados para acompanhar o processo. Entretanto, destacou que muitas famílias enfrentam situações de vulnerabilidade social e casos de violência, fatores que também impactam diretamente o desenvolvimento dos estudantes e a atuação da escola. Em relação aos recursos pedagógicos, afirmou que a sala de AEE deve contar com materiais como alfabeto móvel e recursos voltados ao desenvolvimento da coordenação motora, além de atividades que estimulem a leitura, a escrita e o raciocínio lógico. Contudo, relatou que diversos materiais necessários não são disponibilizados pela rede de ensino e, diante dessa realidade, frequentemente adquire recursos com recursos financeiros próprios para atender às necessidades dos alunos.

Por fim, informou que o PAEE é elaborado quinzenalmente, revisado e aprovado pela coordenação escolar, sempre considerando as especificidades de cada criança e buscando desenvolver atividades relacionadas aos seus interesses e potencialidades. Ao final da entrevista, a profissional afirmou sentir-se realizada com sua atuação, mas reforçou que o comprometimento da família com a escola é fundamen-

tal para favorecer o desenvolvimento das crianças e potencializar os resultados do atendimento educacional especializado.

O primeiro atendimento observado foi realizado com um estudante de quatro anos diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Segundo a professora, a principal queixa apresentada pela escola está relacionada à formação de palavras. No entanto, durante a observação, foi possível perceber que o estudante possui grande interesse pelas letras, apresentando um hiperfoco no alfabeto. Ao chegar à sala, o aluno se sentou e imediatamente, começou a cantar o alfabeto em inglês. Como estratégia, a professora organizou as letras do alfabeto móvel fora da sequência correta e solicitou que ele as colocasse em ordem. O estudante realizou a atividade com facilidade, demonstrando familiaridade com as letras e sua sequência. Em outro momento, a professora pediu que ele cantasse a música do alfabeto. Embora ela tenha iniciado a canção em português, insistiu em cantar em inglês. Percebendo que essa era uma forma de manter seu interesse e participação na atividade, a professora respeitou sua preferência, repetindo posteriormente os nomes das letras em português. Essa postura demonstrou a importância de considerar os interesses da criança como ponto de partida para o processo de aprendizagem.

Foi solicitado que ele identificasse e separasse as vogais utilizando outro conjunto de letras. Em seguida, a professora apresentou uma música sobre as vogais. Apesar de não cantar junto, identificava corretamente cada letra que aparecia na tela, apontando-as conforme eram apresentadas. Durante o atendimento, a professora regente compareceu à sala para entregar um checklist contendo habilidades já desenvolvidas e habilidades ainda em processo de aquisição pelo estudante. Esse momento evidenciou a articulação entre a sala regular e o AEE, aspecto fundamental para a construção de estratégias pedagógicas que atendam às necessidades do aluno. Outro aspecto observado foi a rigidez comportamental apresentada pelo aluno. Em diversos momentos, demonstrou desconforto quando a professora manipulava as letras que estavam sendo utilizadas por ele e mostrou resistência a atividades que não envolvessem diretamente o alfabeto. Segundo a

professora, ele não realiza outros acompanhamentos terapêuticos e apresenta pouco interesse por brincadeiras ou atividades diferentes de seu foco principal, as letras. Ao final do atendimento, durante a organização dos materiais para retornar à sala, o estudante apresentou facilidade para se distrair, necessitando de alguns direcionamentos para concluir a tarefa.

A observação desse atendimento permitiu perceber como o AEE busca partir das potencialidades do estudante para promover novas aprendizagens. Em vez de focar apenas nas dificuldades apresentadas, a professora utilizou seu interesse pelas letras como ferramenta para ampliar habilidades relacionadas à linguagem e à alfabetização, respeitando seu ritmo e suas características individuais. Essa prática está alinhada aos princípios da educação inclusiva, que defendem a valorização das diferenças e a oferta de estratégias adequadas às necessidades de cada estudante.

O segundo atendimento foi realizado com um estudante de dez anos diagnosticado com Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). De acordo com a professora, a principal demanda trabalhada no atendimento estava relacionada ao desenvolvimento das habilidades motoras finas. Inicialmente, foi proposta uma atividade de escrita utilizando letras móveis. A professora pediu que ele escrevesse como estava se sentindo naquele dia. O estudante escreveu a palavra “triste”, o que possibilitou uma conversa sobre seus sentimentos e também sobre aspectos relacionados à escrita. A atividade demonstrou que o atendimento não se limita ao desenvolvimento acadêmico, mas também favorece momentos de expressão e escuta.

Posteriormente, a professora apresentou uma atividade de recorte utilizando a figura do personagem Bob Esponja. O objetivo era trabalhar a coordenação motora fina. Durante a realização da tarefa, o aluno apresentou algumas dificuldades, principalmente nos recortes menores e mais detalhados. Enquanto realizava a atividade, comentou sobre uma nova forma de resolver multiplicações que havia aprendido por meio de vídeos na internet. A professora acolheu seu interesse

e permitiu que ele explicasse o método aprendido, valorizando seus conhecimentos e incentivando sua participação. Como o estudante demonstrou resistência para continuar o recorte, foi proposta uma atividade de labirinto, ele realizou a tarefa rapidamente e sem grandes dificuldades. Em seguida, retornou ao recorte, embora continuasse relutante em realizar as partes mais delicadas da atividade. Depois disso, a professora apresentou um segundo labirinto, desta vez mais complexo. Apesar do aumento da dificuldade, o estudante conseguiu concluí-lo adequadamente.

A observação desse atendimento evidenciou a importância da flexibilidade nas intervenções realizadas pelo AEE. A professora alternou atividades de acordo com as necessidades apresentadas pelo estudante, buscando manter seu engajamento e reduzir possíveis frustrações. Além disso, valorizou seus interesses e conhecimentos prévios, fortalecendo sua participação e confiança durante o atendimento. Como apresentado nas imagens 2 a 5:

Imagem 2. Brinquedo usado para coordenação motora e desenvolvimento da atenção



Fonte: Acervo das autoras (2026.)

Imagem 3. Materiais usados nas intervenções



Fonte: Acervo das autoras (2026)

Imagem 4. Materiais usados nas intervenções



Fonte: Acervo das autoras (2026)

Imagem 5. Materiais usados nas intervenções



Fonte: Acervo das autoras (2026).

De modo geral, os dois atendimentos observados demonstraram que o Atendimento Educacional Especializado desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão escolar. As estratégias utilizadas pela professora evidenciaram a importância de um olhar individualizado para cada estudante, considerando suas potencialidades, dificuldades e formas particulares de aprender. Além disso, foi possível perceber que o trabalho desenvolvido no AEE complementa as ações da sala regular, contribuindo para a construção de um processo educacional mais inclusivo, acessível e significativo.

CONCLUSÃO

A realização deste trabalho possibilitou ampliar a compreensão acerca da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, evidenciando a importância de garantir não apenas o acesso dos estudantes à escola regular, mas também sua permanência, participação e aprendizagem. Por meio dos estudos teóricos e da visita técnica à sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Escola Municipal Clarindo de Melo, foi possível compreender como as políticas públicas

voltadas ao público-alvo da Educação Especial (PAEE) são concretizadas no cotidiano escolar.

As observações realizadas demonstraram que o AEE desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão, uma vez que oferece suporte pedagógico especializado, identifica barreiras à aprendizagem e desenvolve estratégias que consideram as potencialidades e necessidades específicas de cada estudante. Os atendimentos observados evidenciaram a importância de práticas individualizadas, do respeito às singularidades dos alunos e da valorização de seus interesses como elementos essenciais para favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem.

Além disso, constatou-se que a efetivação da inclusão depende do trabalho colaborativo entre os profissionais da escola, da articulação entre a sala regular e o AEE e do compromisso institucional com uma educação que reconheça e valorize a diversidade humana. Nesse sentido, a inclusão não deve ser compreendida apenas como a presença física do estudante na escola, mas como a garantia de condições que promovam sua participação ativa e seu pleno desenvolvimento.

Conclui-se no entanto que, as limitações mediante a legislação e a prática são marcantes dentro do contexto escolar, tanto pelos recursos insuficientes enviados pelo estado, quanto pela omissão de muitas famílias diante os laudos registrados. Diante desse cenário, o profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE) se encontra em uma posição de constante mediação, buscando articular as demandas dos estudantes, das famílias e da escola, ao mesmo tempo em que desenvolve estratégias para minimizar as barreiras à aprendizagem e à participação.

Imagem 6 . Bonecos que representam a atuação do AEE, e atrás a profissional da instituição



Fonte: Acervo das autoras (2026).

Apesar dos desafios observados, evidenciou-se que o compromisso dos profissionais com a inclusão e a valorização das potencialidades dos estudantes constitui um elemento fundamental para a construção de uma educação mais acessível, equitativa e verdadeiramente inclusiva. Na imagem 6, a obra de biscuit que simboliza a importância e o reconhecimento que a sala de AEE tem para instituição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: Portal da Legislação – Decreto nº 12.686/2025. Acesso em: 8 jul. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025**. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: Portal da Legislação – Decreto nº 12.773/2025. Acesso em: 8 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: Lei nº 9.394/1996 (LDB). Acesso em: 8 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: Lei nº 13.146/2015. Acesso em: 8 jul. 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Cláudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60–77, 2021.

2

O COTIDIANO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

UM RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DA OBSERVAÇÃO DE CAMPO

*Adriana Dias Soares¹
Marcella Carvalho Assis²*

INTRODUÇÃO

A consolidação de um sistema educacional pautado na justiça social, na inclusão e na equidade exige que as discussões acadêmicas dialoguem diretamente com a prática cotidiana das instituições de ensino. Na disciplina de Educação Especial Inclusiva, fomos instigados a compreender como os direitos fundamentais se materializam no cotidiano pedagógico. A justificativa para este estudo parte da urgência de desmistificar e superar os limites de uma teorização abstrata sobre a inclusão.

Para nós, pedagogas em formação, faz-se indispensável compreender de que maneira os suportes especializados, especificamente o Atendimento Educacional Especializado (AEE), operam na realidade escolar de Jataí-GO para remover barreiras e garantir o acesso universal ao conhecimento. Diante disso, o objetivo deste relato de experiência é descrever e analisar criticamente as percepções e os aprendizados

1 Discente do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Jataí.
E-mail: adriana.dias@discente.ufj.edu.br

2 Discente do curso de Pedagogia Universidade Federal de Jataí.
E-mail: marcella.assis@discente.ufj.edu.br

construídos a partir de uma visita técnica realizada por nós a uma escola municipal, localizada em Jataí-GO.

Durante essa atividade de campo, conseguimos observar diretamente a dinâmica de dois atendimentos na sala do AEE, o que nos permitiu comparar as bases normativas e teóricas estudadas na universidade com as práticas de mediação e acolhimento escolar. A relevância deste trabalho reside no fortalecimento da nossa identidade profissional, uma vez que o contato direto com as especificidades dos estudantes público-alvo da educação especial nos instrumentaliza para pensar em planejamentos de aulas que sejam acessíveis, sensíveis e livres de barreiras excludentes.

A verdadeira inclusão escolar ocorre quando a escola comum se articula de forma estreita com o AEE, um serviço que não substitui a classe regular, mas a complementa por meio da elaboração colaborativa de estratégias de acessibilidade metodológica e instrumental junto ao professor regente.

Conforme os direcionamentos do Decreto Federal nº 12.773/2025, essa estrutura pedagógica ganha suporte com a obrigatoriedade de planos individualizados e com a garantia de profissionais de apoio escolar cujo a oferta deve ser avaliada por estudos de caso internos da própria escola, independentemente de laudos ou diagnósticos da área da saúde. Além disso, a legislação viabiliza que essa modalidade seja realizada em cooperação com instituições especializadas sem fins lucrativos e exige uma formação continuada específica para os docentes e assistentes, assegurando que o atendimento elimine barreiras de aprendizagem com base em critérios estritamente pedagógicos.

Para dar sustentação científica a este relato, realizamos um levantamento bibliográfico pautado nos marcos históricos, políticos e conceituais que orientam a educação inclusiva contemporânea. O ponto de partida ético de nossa reflexão se apoia na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), cujo artigo 26 estabelece que a educação é um direito de todas as pessoas e deve visar ao pleno desenvolvimento de cada indivíduo.

Com base nesse princípio, a forma de compreender a deficiência também mudou ao longo do tempo. Antes, o foco estava apenas nas limitações da pessoa; hoje, entende-se que as dificuldades surgem também das barreiras existentes na sociedade. Essa mudança paradigmática também está consagrada no Artigo 2º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), o qual estabelece que a deficiência não deve ser entendida apenas pelas limitações, mas pelas barreiras que o ambiente ou as pessoas podem causar.

Nesse sentido, a inclusão plena exige a remoção de diferentes obstáculos, incluindo barreiras físicas, atitudinais, comunicacionais, pedagógicas e sociais. A verdadeira inclusão ocorre quando a escola comum se articula com o AEE. O atendimento não substitui a classe regular, mas a complementa por meio da elaboração de estratégias de acessibilidade metodológica e instrumental de forma colaborativa com o professor regente. Portanto, o cruzamento entre as discussões bibliográficas e a nossa atividade de campo na instituição revela que a garantia de equidade e acessibilidade comunicacional e atitudinal depende de um olhar sensível do educador sobre as potencialidades de cada sujeito.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Este trabalho se caracteriza como um relato de experiência, de abordagem qualitativa. De acordo com Lüdke e André (2012), a pesquisa qualitativa se desenvolve em uma situação natural, é rica em dados descritivos, apresenta um plano aberto e flexível, e tem como foco principal a análise da realidade de forma complexa e contextualizada. Dessa forma, a investigação foi realizada por meio de observação direta no contexto escolar, permitindo uma apreensão mais completa do objeto de estudo em seu próprio ambiente. A atividade foi desenvolvida durante a disciplina de Educação Especial Inclusiva, com o objetivo de conhecer e compreender o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Escola Municipal Leopoldo Nonato de Oliveira. A pesquisa foi realizada durante uma visita previamente autorizada pela instituição.

Os participantes da pesquisa foram até o professor responsável pelo Atendimento Educacional Especializado e os estudantes atendidos pelo serviço, observados de forma coletiva, sem identificação individual, resguardando os aspectos éticos da pesquisa. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se a observação sistemática e um roteiro de perguntas direcionado à profissional responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE).

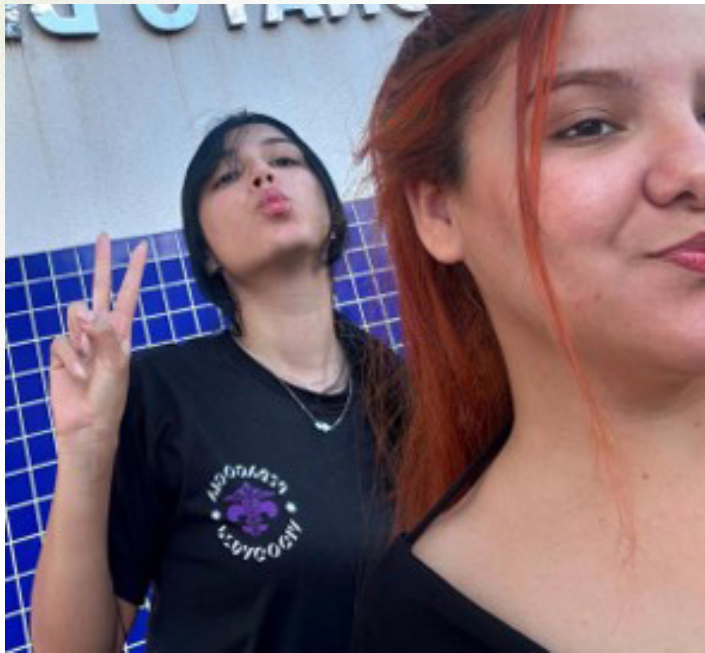
O procedimento metodológico consistiu na visita à sala de Atendimento Educacional Especializado, na observação das atividades desenvolvidas e na coleta de informações fornecidas pela profissional responsável pelo atendimento. Os dados obtidos foram analisados de forma descritiva, buscando relacionar as observações realizadas com os conteúdos estudados na disciplina de Educação Especial Inclusiva. Por se tratar de uma atividade de observação acadêmica, sem intervenção direta junto aos participantes e sem identificação dos sujeitos envolvidos, foram respeitados os princípios éticos referentes à privacidade e ao sigilo das informações observadas.

Além disso, durante a etapa de elaboração do relatório, foram utilizados recursos de inteligência artificial exclusivamente como ferramenta de apoio para revisão gramatical, ortográfica e de pontuação do texto, sem interferência na produção, na análise dos dados ou nas conclusões apresentadas, que são de responsabilidade das autoras.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao chegarmos a Escola Municipal Leopoldo Nonato de Oliveira, localizada na cidade de Jataí, no sudoeste goiano, para a realização da entrevista com o profissional responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), apresentamos o termo de autorização para entrada na instituição e fomos encaminhadas diretamente ao espaço destinado ao atendimento.

Imagem 1. Chegada das alunas na instituição



Fonte: Acervo das autoras (2026).

No momento de nossa chegada, já havia sido iniciado o primeiro atendimento do dia. O estudante atendido possuía diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e realizava, juntamente com o professor, uma atividade em um computador disponibilizado pelo município, equipado com monitor touchscreen. A proposta consistia em um jogo pedagógico no qual o aluno deveria “pescar” as letras apresentadas na tela para formar a palavra correspondente à imagem exibida. A atividade tinha como objetivo estimular a alfabetização, o reconhecimento das letras, a associação entre imagem e palavra, além de favorecer a atenção e a coordenação motora.

Após a conclusão dessa atividade, enquanto o professor dialogava conosco sobre o funcionamento do AEE, nossa formação acadêmica e os motivos que nos levaram a realizar a visita, foi iniciada outra proposta com o estudante: uma partida de xadrez.

Durante a atividade, o professor apresentou gradativamente as peças e seus respectivos movimentos, utilizando o jogo como recur-

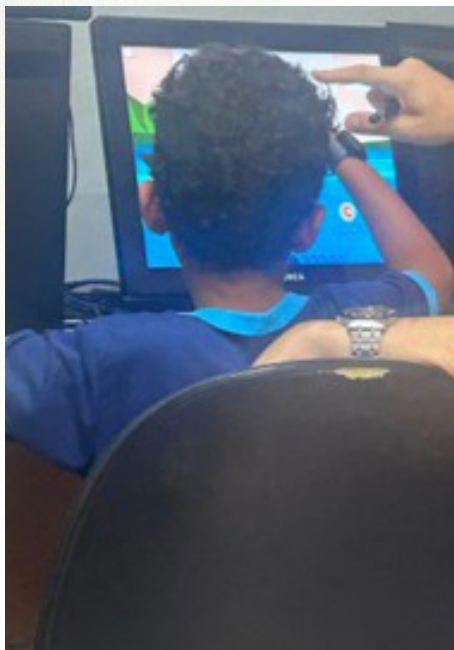
so pedagógico para desenvolver a concentração, o raciocínio lógico, a paciência, o respeito à vez do outro e o controle da impulsividade. Nesse intervalo, chegou o segundo estudante diagnosticado com TDAH, para o atendimento especializado e o profissional realizou a mesma atividade desenvolvida anteriormente no computador. Essa abordagem vai ao encontro das diretrizes do Documento Orientador da Seduc Goiás (2026), que preconiza a diversificação de metodologias e o uso de recursos lúdicos e concretos para estimular funções psíquicas superiores, tais como a atenção, a concentração e o raciocínio lógico em estudantes com transtornos de aprendizagem.”

Imagens 2 e 3. Primeiro atendimento (AEE)



Fonte: Acervo das autoras (2026).

Imagem 4. Segundo atendimento



Fonte: Acervo das autoras (2026).

A aplicação do jogo de xadrez por meio do computador se destaca como uma estratégia pedagógica inovadora, capaz de alinhar a ludicidade e as ferramentas tecnológicas ao desenvolvimento cognitivo do estudante. Essa prática materializa as diretrizes propostas por Braun e Vianna, ao indicarem que, nesses ambientes especializados,

[...] são desenvolvidas atividades a partir de estratégias que visem favorecer a construção de conhecimentos do aluno com necessidades educacionais especiais e sua participação na vida escolar. Deste modo, a sala de recursos multifuncional é um espaço que precisa estar preparado com materiais didáticos pedagógicos, equipamentos e profissionais que tenham formação para lidar com as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais (Braun; Vianna, 2011, p. 27).

Assim, a introdução do computador e do jogo virtual de xadrez atua diretamente como um recurso facilitador desse espaço. O uso do equipamento tecnológico, mediado por um profissional com formação adequada, transforma a sala de recursos em um ambiente dinâmico, onde o jogo deixa de ser apenas entretenimento e passa a constituir uma ferramenta pedagógica intencional, potencializando a autonomia e a inclusão escolar do aluno.

Segundo o professor, as atividades são previamente planejadas para cada dia de atendimento e, quando pertinentes aos objetivos estabelecidos, podem ser aplicadas a diferentes estudantes, respeitando suas necessidades individuais e o acompanhamento pedagógico realizado na sala de recursos. Por escolha do próprio profissional a entrevista foi feita durante o segundo atendimento, entregamos o TCLE para que ele pudesse assinar e perguntamos se poderíamos gravar a conversa, conforme foi autorizado por ele nos damos seguimento a entrevista.

Imagem 5. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



Fonte: Acervo das autoras (2026).

Imagem 6. Perguntas elaboradas para a entrevista

Perguntas da entrevista

1. Poderia se apresentar, informando seu nome, formação acadêmica e trajetória profissional?
2. Para além da profissão, quem é você? O que motivou a sua escolha pela atuação na área da educação especial e, especificamente, no AEE?
3. Em relação aos materiais didáticos utilizados no AEE, como ocorre a aquisição desses recursos? Eles são disponibilizados pela escola, pela secretaria municipal ou adquiridos por meio de verbas específicas?
4. De que maneira você elabora o planejamento pedagógico para os atendimentos?
5. Como acontece a parceria e a comunicação entre o(a) profissional do AEE e os professores da sala regular?
6. Na sua percepção, quais desafios são mais frequentes durante os atendimentos? e existe algum atendimento que tenha marcado sua trajetória profissional? Poderia compartilhar?
7. Na sua opinião, existe distância entre o que a legislação garante e o que acontece na prática escolar em relação à educação inclusiva? por quê?
8. Como ocorre a participação da família no processo de atendimento dos estudantes no AEE? De que maneira esses familiares acompanham ou se envolvem nas atividades e no progresso dos estudantes?
9. Quantos alunos você atende atualmente no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e como é organizada essa distribuição de atendimentos ao longo da semana? Existe uma quantidade máxima de alunos que um professor de AEE pode atender? Como isso funciona na prática?
10. Que conselho você daria para profissionais que desejam trabalhar na área da educação especial, especialmente no Atendimento Educacional Especializado?

Fonte: Acervo das autoras (2026).

O participante da pesquisa tem 47 anos, é casado, pai de uma menina de 18 anos, é graduado em Pedagogia desde 2009, além de atuar como psicólogo e enfermeiro. Sua trajetória profissional na educação teve início em 2013, atuando na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ao longo de sua carreira, exerceu diferentes funções, entre elas a de professor, pedagogo, coordenador pedagógico e professor de apoio educacional. Além da formação inicial, possui 8 especializações, sendo duas delas voltadas para a área da Educação.

Na rede municipal de ensino, ingressou por meio de concurso público em 2021. Inicialmente, atuou como professor do 5º ano do Ensino Fundamental e, em abril de 2025, foi convidado a assumir a Sala de Recursos Multifuncionais, onde realiza atualmente o Atendimento Educacional Especializado. Essa trajetória formativa e a diversidade de experiências do profissional encontram forte respaldo nas discussões de Gontijo, Leite e Moraes (2025). Os autores destacam que a formação para atuar no Atendimento Educacional Especializado não deve se limitar a um conhecimento técnico isolado, mas sim constituir uma sólida e contínua construção de saberes. Sob essa perspectiva, o perfil multidisciplinar do entrevistado, que une a Pedagogia, a Psicologia e a saúde, potencializa a compreensão integral das necessidades, competências e subjetividades dos alunos público-alvo da educação especial, algo fundamental para a consolidação de práticas pedagógicas genuinamente inclusivas.

Ao ser questionado sobre sua escolha pela Educação Especial, o participante relatou que essa decisão foi influenciada por experiências pessoais vivenciadas desde a adolescência. Segundo ele, a convivência com pessoas com deficiência em seu contexto familiar despertou um interesse genuíno e um vínculo afetivo com esse público. Além disso, destacou que teve a oportunidade de trabalhar como enfermeiro no CAPS e acompanhar o trabalho de uma professora que atuava na área, participando das atividades desenvolvidas com estudantes que apresentavam diferentes deficiências e transtornos, como deficiência intelectual, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), entre outras condições.

De acordo com seu relato, essa experiência reforçou sua identificação com a Educação Especial e contribuiu para sua decisão de atuar no Atendimento Educacional Especializado. O relato do participante evidencia que a escolha pela atuação no AEE não ocorreu apenas em função da formação acadêmica, mas também foi construída a partir de experiências pessoais e profissionais que favoreceram uma aproximação com a área da Educação Especial. Esse aspecto demonstra que a formação do professor é influenciada por diferentes vivências, que contribuem para o desenvolvimento de conhecimentos, sensibilidades

e práticas voltadas ao atendimento das necessidades educacionais dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Sobre os materiais didáticos utilizados no Atendimento Educacional Especializado (AEE), o participante informou que a maior parte dos recursos é disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação. Segundo seu relato, alguns materiais já faziam parte do acervo da escola e, em determinadas situações, a própria instituição também fornece recursos para o atendimento.

No entanto, destacou que o município é o principal responsável pelo fornecimento dos materiais utilizados na Sala de Recursos Multifuncionais. Esse aspecto evidencia a importância do investimento do poder público na oferta de recursos pedagógicos que atendam às diferentes necessidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial. A disponibilidade de materiais diversificados favorece a elaboração de estratégias de ensino mais acessíveis e contribui para o desenvolvimento das atividades realizadas no AEE.

Imagem 7. Materiais pedagógicos destinados ao AEE.



Fonte: Acervo das autoras (2026).

Em relação ao planejamento pedagógico, o participante explicou que todo o atendimento é organizado de forma individualizada, levando em consideração as necessidades, potencialidades e dificuldades apresentadas por cada estudante. Destacou que a Sala de Recursos Multifuncionais não tem como finalidade oferecer reforço escolar, mas sim complementar e suplementar o ensino desenvolvido na sala de aula comum, conforme os princípios que orientam o Atendimento Educacional Especializado. A fala do professor entrevistado reforça a necessidade de um trabalho colaborativo e integrado. Conforme apontado Gontijo, Leite e Moraes (2025), o planejamento deve articular os componentes curriculares do ensino regular para garantir a integração real entre os professores do AEE e os da sala de aula comum. Esse processo deve englobar desde a identificação das necessidades específicas dos estudantes público-alvo da educação especial até a definição de recursos e a descrição das atividades que serão realizadas.

Durante a entrevista, o professor ressaltou que os objetivos do atendimento variam de acordo com as demandas de cada aluno. Em alguns casos, o foco está no desenvolvimento da autonomia em atividades da vida diária, como beber água sem auxílio, utilizar o banheiro de forma independente ou amarrar os próprios sapatos. Em outros, o trabalho se concentra em habilidades acadêmicas, como o reconhecimento das letras do alfabeto, a consolidação da leitura e da escrita, a resolução de operações matemáticas e a memorização da tabuada.

Como exemplo de uma situação que o marcou, o participante relatou o acompanhamento de um estudante que apresentava dificuldades para realizar multiplicações e divisões em razão de não dominar a tabuada. Após o trabalho desenvolvido no AEE, a professora da turma regular informou que o aluno demonstrou avanços significativos nessas habilidades, conseguindo realizar as atividades com maior segurança.

Esse relato evidencia a contribuição do planejamento individualizado e das intervenções desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado para o processo de aprendizagem dos estudantes, reafirmando o papel do AEE como um serviço que busca eliminar barreiras

à participação e à aprendizagem, sem substituir o ensino oferecido na sala de aula comum.

Ao discutir sua compreensão sobre a educação inclusiva, o participante afirmou que a considera um direito de todos os estudantes que, por diferentes razões, encontram-se em situação de maior vulnerabilidade no contexto escolar, incluindo as pessoas com deficiência. Em seu entendimento, a inclusão está diretamente relacionada à garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem, assegurando que todos os alunos tenham as condições necessárias para desenvolver seu processo educativo.

Durante a entrevista, ele destacou que a legislação brasileira prevê diversos direitos destinados às pessoas com deficiência, entre eles o acesso ao professor de apoio e aos recursos pedagógicos necessários para favorecer a aprendizagem. No entanto, ressaltou que ainda existe um distanciamento entre o que está previsto nos documentos legais e a realidade vivenciada nas escolas. Como exemplo, mencionou a demora na disponibilização de professores de apoio para alguns estudantes, situação que, em sua percepção, compromete o acompanhamento adequado e dificulta a efetivação da educação inclusiva. O participante reconheceu que, nas últimas décadas, houve avanços importantes relacionados à acessibilidade e ao fortalecimento das políticas de inclusão. Apesar disso, considera que ainda persistem desafios para garantir que os direitos assegurados pela legislação sejam efetivamente concretizados no cotidiano escolar. Seu relato evidencia que a existência de leis e políticas públicas representa um importante avanço, mas, por si só, não garante uma educação verdadeiramente inclusiva.

Para que esse direito se concretize, é necessário que as escolas disponham de profissionais, recursos e condições adequadas para atender às necessidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial, favorecendo sua participação e aprendizagem em igualdade de oportunidades.

O AEE deve ser ofertado no contraturno do ensino regular, preferencialmente nas salas de recurso multifuncionais segundo Brasil (2011, *apud* Gontijo; Leite; Moraes, 2025, p. 171):

O AEE deve ser ofertado no contraturno do ensino regular, preferencialmente nas salas de recurso multiprofissional e deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial.

Ao abordar a participação das famílias no Atendimento Educacional Especializado (AEE), o profissional comentou que esse ainda é um dos principais desafios enfrentados no cotidiano da Sala de Recursos Multifuncionais. Segundo ele, no início do ano letivo foi realizada a convocação das famílias para a anamnese dos estudantes, etapa considerada importante para conhecer melhor as características, necessidades e histórico de cada aluno. No entanto, a adesão foi reduzida, e poucas famílias compareceram ou mantiveram acompanhamento contínuo ao longo do processo. O profissional também destacou que muitos responsáveis não acompanham de forma sistemática o desenvolvimento dos estudantes nem mantêm contato frequente com a escola. Essa fragilidade no vínculo demonstra que, embora a legislação e a proposta pedagógica prevejam a família como pilar indispensável, a efetivação dessa parceria ainda encontra barreiras práticas no contexto escolar.

Além disso, observou que as ausências dos alunos, em diversas ocasiões, não são comunicadas previamente, o que interfere na continuidade do atendimento e dificulta o desenvolvimento das habilidades pedagógicas, sociais e funcionais trabalhadas no AEE. Em sua percepção, o envolvimento da família é um elemento fundamental para potencializar os resultados das intervenções, sendo a baixa participação um dos principais obstáculos ao trabalho desenvolvido. Esse resultado mostra a importância da parceria entre escola e família no processo de inclusão escolar.

O acompanhamento dos responsáveis favorece a continuidade das estratégias desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado, fortalece a comunicação entre os diferentes profissionais envolvidos e contribui para que as necessidades dos estudantes sejam compreendidas e atendidas de maneira mais efetiva.

Em relação à organização dos atendimentos, o participante informou que acompanha, de forma regular, 19 estudantes. Explicou que a formação dos grupos não é definida exclusivamente pelo diagnóstico ou pela existência de um laudo, mas principalmente pelas necessidades educacionais e pelo nível de desenvolvimento apresentado por cada aluno. Assim, estudantes matriculados em diferentes anos escolares podem participar do mesmo atendimento quando apresentam objetivos de aprendizagem semelhantes.

De acordo com o professor, os atendimentos podem ocorrer de forma individual ou em pequenos grupos, compostos por até três estudantes. Essa organização busca respeitar as especificidades de cada caso e possibilita o desenvolvimento de atividades planejadas de acordo com os objetivos estabelecidos para cada aluno no plano de atendimento individualizado. O relato demonstra uma prática pautada na valorização das potencialidades dos estudantes e na flexibilização do atendimento, priorizando suas necessidades reais em vez de considerar apenas o diagnóstico clínico, aspecto que está em consonância com os princípios que orientam o Atendimento Educacional Especializado e a educação inclusiva.

Ao ser questionado sobre quais orientações daria aos profissionais que desejam atuar na Educação Especial, especialmente no Atendimento Educacional Especializado (AEE), o profissional destacou que, além da formação acadêmica, é fundamental possuir perfil e identificação com a área. Segundo ele, o profissional precisa ter disposição para aprender continuamente, compreender que a prática cotidiana apresenta desafios diferentes daqueles vivenciados durante a formação inicial e estar aberto a adaptar suas metodologias conforme as necessidades de cada estudante.

O professor ressaltou ainda que o trabalho no reforço escolar inclusivo exige paciência, sensibilidade, empatia e comprometimento, uma vez que o professor frequentemente assume diferentes papéis no processo educativo, acolhendo e orientando os estudantes para além das questões pedagógicas. O entrevistado também enfatizou a importância da parceria entre escola e família, afirmando que a ausência do acompanhamento familiar pode dificultar a identificação precoce das necessidades dos estudantes e comprometer o desenvolvimento das intervenções necessárias.

Por fim, reforçou que o sucesso do trabalho na Educação Especial depende da disposição do profissional em aprender constantemente, respeitar as especificidades de cada aluno e buscar estratégias pedagógicas que favoreçam seu desenvolvimento e sua inclusão escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada durante a visita ao Atendimento Educacional Especializado permite compreender, de forma mais concreta, como a inclusão escolar acontece no cotidiano da escola. O contato com o professor responsável pela sala de recursos multifuncionais, a observação dos atendimentos e as informações compartilhadas durante a entrevista aproximam os conhecimentos construídos na disciplina da realidade encontrada na rede pública de ensino.

O estudo atende ao objetivo proposto ao possibilitar a compreensão da organização do Atendimento Educacional Especializado, evidenciando que esse serviço complementa o trabalho realizado na sala de aula comum e busca responder às necessidades específicas de cada estudante por meio de um planejamento individualizado. Ao mesmo tempo, a experiência mostra que ainda existem desafios para a efetivação da educação inclusiva, especialmente no que se refere à participação das famílias e à garantia de todos os recursos e profissionais necessários.

Mesmo sendo um relato construído a partir da observação de uma única instituição e de um período limitado de acompanhamento,

a experiência amplia nossa compreensão sobre a realidade da educação inclusiva e contribui de maneira significativa para nossa formação como pedagogas. Conhecer de perto o funcionamento do AEE permite compreender que a inclusão não depende apenas da legislação ou de recursos específicos, mas também da atuação sensível e comprometida dos profissionais envolvidos. Essa vivência fortalece nossa preparação para o exercício da docência, pois amplia nosso olhar sobre as diferentes formas de aprender e sobre a necessidade de planejar práticas pedagógicas que respeitem as particularidades de cada estudante.

Por fim, a experiência reforça que promover a inclusão significa reconhecer cada estudante em sua singularidade e garantir condições para que todos participem e aprendam de forma efetiva. Espera-se que este relato contribua para ampliar as discussões sobre o Atendimento Educacional Especializado e evidencie a importância da aproximação entre a formação acadêmica e a realidade das escolas para a construção de uma educação mais inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 8 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 9 dez. 2025. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 8 jul. 2026.

BRAUN, Patrícia; VIANNA, Márcia Marin. Atendimento educacional especializado, sala de recursos multifuncional e plano individualizado: desdobramentos de um fazer pedagógico. In: PLETSCH, Márcia Denise; DAMASCENO, Allan (org.). **Educação Especial e Inclusão Escolar:** Reflexões sobre o Fazer Pedagógico. Seropédica: EDUR, 2011. p. 22-[página final].

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. **Escola para todos:** atitudes e práticas para a construção de ambientes escolares equitativos e inclusivos. Weberson de Oliveira Moraes, Maria Luísa Mendes (Orgs.). Brasília: Qualidade Gráfica e Editora, 2026.

GONTIJO, Tulio Adriano M. Alves; DELGA-DO, Lucas Delgado; RIBEIRO, Mairy Aparecida Pereira Soares Ribeiro. Gestão escolar e acessibilidades: uma análise de conjuntura dos documentos que constituem a política de educação especial no Brasil (1961 – 2025). In: LEITE, Aline Fernanda Ventura Sávio; MORAES, Antonio Henrique

Coutelo de; GONTIJO, Tulio Adriano M. Alves. **Formação de gestores para a educação especial na perspectiva inclusiva**: uma construção de saberes no âmbito do Renafor Cuiabá-MT: Guará Editora, 2025. Disponível em: https://www.guaraeditora.com.br/_files/ugd/26

d6f1_c2d57b31c9b44d83b7da94c257717aad.pdf. Acesso em: 10 jul. 2026.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. [Reimpr.]. São Paulo: E.P.U., 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris - França. 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/ptbr/91601-declara%C3%A7%C3%A3ouniversal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 08 jul. 2025.

3

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DE UMA VISITA TÉCNICA AO
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.

*Diovana Alves Costa ¹
Karolina Soares De Castro ²*

INTRODUÇÃO

A forma como as pessoas com deficiência são compreendidas e tratadas pela sociedade passou por significativas transformações ao longo da história. Durante séculos, a deficiência foi interpretada a partir de concepções religiosas, místicas e supersticiosas, sendo frequentemente associada a castigos divinos, pecados ou manifestações sobrenaturais. De acordo com Mazzotta (1996), até aproximadamente o século XVIII, inexistiam explicações científicas capazes de compreender a deficiência como parte da diversidade humana, o que contribuiu para processos de exclusão, segregação e invisibilização social. Nas sociedades antigas, especialmente naquelas que valorizavam a força física, a produtividade e a capacidade militar, indivíduos que apresentavam alguma deficiência eram frequentemente considerados incapazes de contribuir para a vida coletiva. Segundo Pessotti (1984), em algumas civilizações, como a espartana, crianças que não corres-

1 Acadêmica do curso Pedagogia da Universidade Federal da Jataí.
E-mail: diovana.costa@discente.ufj.edu.br

2 Acadêmica do curso de Ciências Biológicas licenciatura da Universidade Federal da Jataí –
E-mail: karolina.castro@discentee.ufj.edu.br

pondiam aos padrões físicos considerados ideais poderiam ser abandonadas ou eliminadas, evidenciando um processo histórico marcado pela negação da diversidade humana.

Embora avanços científicos, sociais e políticos tenham contribuído para a superação de muitas concepções excludentes sobre a deficiência, a exclusão das pessoas com deficiência ainda se manifesta de diferentes formas na contemporaneidade. Barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e, sobretudo, atitudinais continuam limitando o acesso, a permanência e a participação desses sujeitos em diversos espaços sociais. Essas dificuldades não se restringem às estruturas físicas, mas também envolvem preconceitos e estigmas historicamente construídos pela sociedade.

A percepção social sobre a deficiência também é retratada em manifestações artísticas e culturais. Um exemplo é a canção *Sou Igualzinho a Você*, interpretada por Amado Batista com participação especial de Elias Wagner, artista com deficiência, que aborda de forma sensível as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência diante do olhar social. A música evidencia sentimentos de exclusão, preconceito e busca por reconhecimento, permitindo uma reflexão sobre como a sociedade frequentemente enxerga a deficiência a partir das limitações e não das potencialidades do indivíduo.

Além da letra, elementos como a interpretação vocal e os instrumentos utilizados contribuem para transmitir emoções relacionadas às experiências de discriminação e invisibilidade social vivenciadas por muitas pessoas com deficiência. Dessa forma, a obra constitui uma importante representação artística das barreiras sociais enfrentadas por esse público e reforça a necessidade de promover uma cultura baseada no respeito, na valorização das diferenças e na inclusão.

Nesse contexto, a Educação Inclusiva emerge como um importante instrumento de promoção dos direitos humanos, da equidade e da justiça social, defendendo o reconhecimento das diferenças como elemento constitutivo da condição humana e não como fator de exclusão. Ao propor a valorização da diversidade e a eliminação de barreiras

que dificultam a participação dos estudantes, a educação inclusiva contribui para a construção de uma sociedade mais democrática, acessível e comprometida com a garantia dos direitos de todos os cidadãos.

No cenário educacional brasileiro, importantes marcos legais contribuíram para a consolidação da perspectiva inclusiva, entre eles a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Tais documentos reafirmam o direito de todos à educação e defendem a construção de sistemas educacionais capazes de garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem para todos os estudantes, independentemente de suas características ou necessidades específicas.

Entretanto, apesar dos avanços legais e das discussões cada vez mais presentes sobre inclusão, a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva ainda representa um desafio para as instituições escolares. Muitas vezes, a inclusão é reduzida à matrícula do estudante no ensino regular, desconsiderando aspectos fundamentais como acessibilidade, adaptação curricular, formação docente e suporte especializado. Conforme argumenta Mantoan (2003), incluir não significa apenas colocar o estudante na escola, mas promover transformações profundas nas práticas pedagógicas, na organização institucional e nas concepções de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, destaca-se a relevância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), compreendido como um serviço complementar e suplementar ao ensino regular, destinado a eliminar barreiras e favorecer o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Entretanto, para que esse atendimento cumpra sua função, é indispensável que exista articulação entre professores, gestores, famílias e demais profissionais envolvidos no processo educativo, além de investimentos contínuos na formação docente e na construção de práticas pedagógicas inclusivas.

Diante dessas considerações, texto Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: relato de experiência a partir de uma visita técnica ao Atendimento Educacional Especializado tem como objetivo refletir sobre os conhecimentos construídos ao longo da disciplina Educação Especial Inclusiva, cursada no âmbito da graduação em Pedagogia, articulando os referenciais teóricos estudados com as experiências vivenciadas durante visita técnica ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e com os dados obtidos por meio de entrevista realizada com uma professora atuante na área. Busca-se, assim, compreender os avanços, os desafios e as possibilidades da educação inclusiva na realidade escolar contemporânea, adotando uma perspectiva crítica e reflexiva sobre os caminhos necessários para a efetivação do direito à educação para todos.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Este estudo se caracteriza como um relato de experiência, de natureza descritiva e reflexiva, desenvolvido a partir das atividades realizadas na disciplina de Educação Especial e Inclusiva, ofertada no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Jataí (UFJ). A proposta metodológica buscou articular os conhecimentos teóricos construídos ao longo da disciplina com as vivências proporcionadas por uma visita técnica ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), favorecendo uma análise crítica acerca da educação inclusiva no contexto escolar.

O percurso metodológico foi organizado em dois momentos complementares. O primeiro compreendeu as aulas teóricas, nas quais foram estudados os fundamentos conceituais, históricos, legais e políticos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Nesse contexto, foram analisados documentos normativos, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Decreto nº 12.686/2025, além da obra Formação de gestores para a Educação Especial na perspectiva inclusiva: uma construção de saberes no âmbito do Renafor,

organizada por Leite, Moraes e Gontijo (2025). Esses referenciais forneceram subsídios para a compreensão dos princípios que orientam a organização da Educação Especial, do Atendimento Educacional Especializado e das políticas voltadas à garantia da inclusão escolar.

O segundo momento consistiu na realização de uma visita técnica à Escola Municipal Professor Antônio Tosta de Carvalho, localizada no município de Jataí-GO, com o objetivo de conhecer a organização e o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado, bem como relacionar os conteúdos discutidos durante a disciplina às práticas desenvolvidas no contexto escolar.

A produção dos dados ocorreu por meio da observação direta do ambiente e das atividades desenvolvidas no AEE, complementada por uma entrevista semiestruturada com a professora responsável pelo atendimento. Essa técnica foi selecionada por possibilitar a utilização de um roteiro previamente elaborado, sem restringir o aprofundamento de aspectos emergentes durante a conversa. Conforme Minayo, a entrevista semiestruturada combina questões previamente definidas com perguntas abertas, permitindo maior liberdade ao participante na construção de suas respostas. De maneira semelhante, Gil destaca que essa estratégia favorece a obtenção de informações mais detalhadas, mantendo o foco nos objetivos da investigação.

Previamente à visita, foi elaborado um roteiro contendo questões relacionadas à organização do Atendimento Educacional Especializado, aos recursos pedagógicos utilizados, ao perfil dos estudantes atendidos, à atuação docente, à articulação entre o AEE e a escola regular e aos principais desafios enfrentados na efetivação da educação inclusiva. Durante a entrevista, novas indagações foram incorporadas conforme o desenvolvimento do diálogo, possibilitando ampliar a compreensão sobre a dinâmica do serviço e a realidade vivenciada pela profissional entrevistada.

A análise das informações se fundamentou na articulação entre os dados produzidos durante a visita técnica e os referenciais teóricos estudados ao longo da disciplina, buscando compreender os avanços,

os desafios e as possibilidades da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Dessa forma, o relato privilegia uma abordagem reflexiva, evidenciando as contribuições da experiência para a formação acadêmica e profissional das autoras.

Declara-se que foi utilizada uma ferramenta de Inteligência Artificial (IA) exclusivamente como apoio à revisão linguística e acadêmica deste trabalho, contribuindo para a correção gramatical, ortográfica, organização textual e aprimoramento da escrita científica. Ressalta-se que as análises, interpretações, discussões e conclusões apresentadas são de responsabilidade das autoras, cabendo à IA apenas função auxiliar no processo de revisão textual.

A NOSSA EXPERIÊNCIA NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

O desenvolvimento da disciplina Educação Especial Inclusiva ocorreu por meio de aulas teóricas, expositivas e dialogadas, leituras orientadas, seminários, rodas de conversa, palestras e visita técnica ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). As atividades foram planejadas com o objetivo de proporcionar aos acadêmicos uma compreensão ampla acerca dos fundamentos teóricos, políticos, legais e metodológicos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, articulando os conhecimentos científicos à realidade educacional contemporânea. Ao longo do semestre, as discussões foram conduzidas de forma participativa, favorecendo a construção coletiva do conhecimento e a reflexão crítica sobre os desafios e as possibilidades da inclusão escolar.

Inicialmente, foram abordados os aspectos históricos da Educação Especial no Brasil, possibilitando a compreensão das transformações ocorridas ao longo do tempo. As aulas evidenciaram que a Educação Especial passou de um modelo assistencialista e segregador para uma perspectiva inclusiva fundamentada nos direitos humanos e na valorização da diversidade. Nesse contexto, foram estudados os principais marcos legais que orientam a inclusão educacional, permitindo compreender a evolução das políticas públicas destinadas às pessoas com

deficiência e demais estudantes que necessitam de apoio educacional especializado.

Durante as discussões, foi possível compreender a diferença entre Educação Especial e Educação Inclusiva. Enquanto a Educação Especial possui como público-alvo os estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, a Educação Inclusiva constitui uma proposta educacional voltada para todas as pessoas, reconhecendo a diversidade humana como elemento fundamental do processo educativo. Essa compreensão possibilitou refletir sobre a necessidade de construção de práticas pedagógicas que respeitem as especificidades individuais sem perder de vista o princípio da educação para todos.

As aulas também contemplaram estudos acerca da organização da educação brasileira, possibilitando compreender a estrutura da Educação Básica e do Ensino Superior. Foram discutidos os níveis e modalidades de ensino, abrangendo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, a Educação Profissional e Tecnológica, bem como os cursos de graduação e pós-graduação, incluindo as modalidades *lato sensu* e *stricto sensu*. Nesse contexto, destacou-se a importância das políticas educacionais voltadas à garantia da permanência e do sucesso acadêmico dos estudantes público-alvo da Educação Especial em todos os níveis de ensino.

Outro aspecto relevante abordado durante a disciplina se refere às legislações que regulamentam a Educação Especial Inclusiva no Brasil. Foram estudados dispositivos legais que asseguram o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em diferentes etapas da escolarização, inclusive no Ensino Superior, reafirmando o direito à acessibilidade, à permanência e à aprendizagem. As discussões possibilitaram compreender que a evasão escolar frequentemente está relacionada à ausência de suporte adequado, reforçando a necessidade de políticas públicas que garantam recursos, adaptações e acompanhamento especializado aos estudantes.

No que se refere ao público-alvo da Educação Especial, foram aprofundados os estudos sobre as diferentes condições contempladas pelas legislações vigentes. Foram discutidas as características das pessoas com deficiência intelectual, deficiência física, deficiência visual, deficiência auditiva, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação. Também foram analisadas as mudanças ocorridas nas classificações diagnósticas ao longo dos anos, especialmente em relação ao conceito de Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), posteriormente incorporados ao TEA. As discussões permitiram compreender as especificidades de cada condição e a importância de estratégias pedagógicas adequadas para garantir a participação efetiva dos estudantes nos processos educacionais.

Durante as aulas, foram estudadas ainda as diferenças entre altas habilidades e superdotação, compreendendo-se que ambas representam potencialidades que demandam atenção educacional específica. As reflexões evidenciaram a necessidade de reconhecer e valorizar os talentos individuais dos estudantes, promovendo oportunidades para o desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades. Além disso, foram debatidas questões relacionadas aos transtornos específicos de aprendizagem, como dislexia, disgrafia e discalculia, compreendendo-se que, embora demandem apoio pedagógico especializado, atualmente não integram o público-alvo da Educação Especial previsto na legislação brasileira.

Outro eixo temático desenvolvido ao longo da disciplina foi o estudo dos direitos humanos e sua relação com a educação inclusiva. Foram realizadas leituras, debates e análises da Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como de tratados internacionais que contribuíram para a consolidação dos direitos das pessoas com deficiência. As discussões permitiram compreender que a inclusão educacional constitui um direito humano fundamental e que sua efetivação depende do compromisso das instituições educacionais com a promoção da equidade, da acessibilidade e da participação social.

Também foram abordadas as múltiplas dimensões da acessibilidade, compreendidas como condições indispensáveis para garantir

autonomia e participação das pessoas com deficiência. Foram estudadas as acessibilidades arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática, atitudinal, urbanística, digital, espacial e nos transportes. As reflexões possibilitaram compreender que a acessibilidade vai além da eliminação de barreiras físicas, envolvendo também mudanças de atitudes, práticas pedagógicas e concepções sociais acerca da deficiência.

Como parte das atividades práticas da disciplina, foi realizada uma visita técnica ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Escola Municipal Professor Antônio Tosta, localizada no município de Jataí-GO. A visita teve como objetivo aproximar os conhecimentos teóricos da realidade educacional, possibilitando observar a organização do serviço, os recursos utilizados e as estratégias desenvolvidas para atender os estudantes público-alvo da Educação Especial. Durante a visita, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a professora responsável pelo atendimento, contemplando aspectos relacionados à sua trajetória profissional, formação acadêmica, atuação no AEE, relação com as famílias, gestão escolar, acessibilidade, legislação e desafios da inclusão.

O ambiente observado apresentou estrutura adequada para a realização dos atendimentos especializados. A sala do AEE se mostrou ampla, organizada, acolhedora e bem equipada, dispondo de materiais pedagógicos diversificados, recursos lúdicos, jogos educativos, materiais adaptados e recursos tecnológicos destinados ao desenvolvimento das habilidades dos estudantes atendidos. O espaço se encontrava visualmente atrativo, com ilustrações, materiais acessíveis e elementos que favoreciam a interação, a aprendizagem e a autonomia dos educandos como demonstra na imagem 1 apresentando em forma de imagem esse local que os alunos frequentam.

Imagem 1. Sala do AEE



Fonte: Acervo das autoras (2026).

Durante a permanência na instituição, foi possível acompanhar dois atendimentos realizados pela professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Embora ambos os estudantes possuísem diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), observou-se que apresentavam características e necessidades distintas, exigindo adaptações nas estratégias pedagógicas. Em alguns momentos, contudo, a metodologia utilizada foi semelhante, como durante a atividade de leitura de um livro ilustrado (Imagem 2), em que ambos realizaram a leitura com a mediação da professora. Durante a observação, também foram analisados aspectos como a reação dos estudantes à presença de visitantes, o nível de participação nas atividades, as situações de maior facilidade ou resistência e a interação estabelecida com a professora, evidenciando uma prática pedagógica pautada no respeito às singularidades e na promoção da autonomia dos alunos.

Imagem 2. Livro utilizado em uma abordagem



Fonte: Acervo das autoras (2026).

Além da observação dos atendimentos, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a professora responsável pelo Atendimento Educacional Especializado. Utilizou-se a base da pesquisa qualitativa de acordo com Johansen (2013). O objetivo da entrevista foi conhecer sua trajetória profissional, compreender a organização do trabalho desenvolvido no AEE e identificar desafios e possibilidades relacionados à educação inclusiva. Embora tenha sido elaborado previamente um roteiro de perguntas, optou-se por conduzir a conversa de maneira mais natural e flexível, aproximando-a de um diálogo, de forma a favorecer respostas mais espontâneas e reflexivas. Inicialmente, a professora solicitou acesso ao roteiro da entrevista e manifestou interesse em responder às questões posteriormente, em momento mais oportuno. A solicitação foi aceita pelos pesquisadores, visando proporcionar maior conforto à participante e permitir respostas mais elaboradas.

Também foram apresentados modelos de documentos utilizados no processo de atendimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Os documentos analisados não continham dados pessoais preenchidos, sendo observados apenas para fins de compreensão dos procedimentos administrativos e pedagógicos adotados pela instituição. Entre os materiais consultados, destacaram-se formulários de

anamnese familiar, fichas de acompanhamento, termos de ingresso e desligamento do atendimento especializado, além de documentos destinados à coleta de informações sobre o histórico gestacional, desenvolvimento infantil e contexto familiar dos estudantes. A análise desses instrumentos permitiu compreender a importância do levantamento de informações para a construção de um atendimento individualizado e alinhado às necessidades específicas de cada educando.

A observação dos atendimentos e a realização da entrevista constituíram importantes instrumentos para a compreensão da dinâmica do Atendimento Educacional Especializado, possibilitando a articulação entre os referenciais teóricos estudados e a realidade observada no contexto escolar investigado.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A entrevista realizada com a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) permitiu compreender aspectos relevantes acerca da formação docente, da organização do atendimento especializado e dos desafios enfrentados na efetivação da educação inclusiva. A participante possui vinte anos de atuação na educação, sendo dez anos dedicados à educação inclusiva e sete anos ao Atendimento Educacional Especializado, além de formação em Pedagogia e especialização em Psicopedagogia com ênfase em Inclusão. Sua trajetória evidencia um percurso marcado pela busca contínua por qualificação profissional e pelo compromisso com a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Um dos aspectos mais significativos observados na entrevista se refere às limitações da formação inicial para o trabalho com a inclusão. Segundo a professora, durante sua graduação os estudos relacionados à Educação Inclusiva eram superficiais, restringindo-se a discussões pontuais e sem aprofundamento teórico ou metodológico. Tal realidade reforça as discussões de Mazzotta (1996) e Mendes (2010), que apontam a insuficiência da formação inicial como um dos principais desafios para a consolidação da educação inclusiva no Brasil. Embora

as legislações tenham avançado significativamente nas últimas décadas, muitas instituições formadoras ainda apresentam dificuldades em preparar os futuros docentes para lidar com a diversidade presente nas escolas.

Nesse sentido, a fala da entrevistada evidencia que a formação continuada se tornou fundamental para sua atuação profissional. A especialização em Psicopedagogia com ênfase em Inclusão e a participação constante em cursos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação contribuíram para a construção de conhecimentos específicos necessários ao atendimento das demandas educacionais dos estudantes. Tal aspecto demonstra que a inclusão exige um processo permanente de atualização profissional, uma vez que as necessidades educacionais são diversas e estão em constante transformação.

Outro ponto relevante se refere à influência das experiências pessoais na construção de uma prática mais humanizada. A entrevistada relata que o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) de seu neto ampliou sua compreensão acerca dos desafios enfrentados pelas famílias e fortaleceu sua sensibilidade em relação às necessidades dos estudantes. Esse aspecto revela que a inclusão não se limita ao domínio de conhecimentos técnicos, mas envolve também empatia, escuta e compreensão das singularidades humanas. Conforme Manton (2003), a construção de uma escola inclusiva exige a superação de visões homogêneas de aprendizagem e o reconhecimento das diferenças como parte constitutiva da experiência humana.

No que se refere à organização do Atendimento Educacional Especializado, observou-se uma prática fundamentada na avaliação individualizada dos estudantes. O processo se inicia com a realização da anamnese junto às famílias e da avaliação diagnóstica, possibilitando a elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE). A construção desse documento considera as potencialidades, dificuldades, formas de aprendizagem e contexto social de cada estudante, demonstrando o compromisso com um planejamento centrado nas necessidades individuais. Essa prática encontra respaldo na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

(Brasil, 2008), que estabelece o AEE como um serviço complementar e suplementar à escolarização, voltado à eliminação de barreiras e à promoção da participação dos estudantes.

As observações também evidenciaram o uso de recursos pedagógicos diversificados, incluindo jogos educativos, materiais concretos, recursos visuais, tecnologias digitais e materiais confeccionados pela própria professora. Como mostra a imagem 3, alguns recursos estão guardados em caixas azuis e outros estão expostos. A necessidade de produzir parte dos recursos pedagógicos revela tanto o comprometimento profissional quanto uma realidade frequentemente presente nas escolas brasileiras: a insuficiência de recursos específicos para atender todas as demandas da inclusão. Embora existam políticas de financiamento, como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a entrevistada destaca que os recursos disponíveis nem sempre são suficientes diante da diversidade de necessidades apresentadas pelos estudantes.

Imagem 3. Materiais pedagógicos e recursos visuais utilizados no AEEs



Fonte: Acervo das autoras (2026).

A articulação entre o AEE e a sala regular apareceu como um dos aspectos mais importantes para o sucesso da inclusão escolar. A professora relatou que busca manter diálogo constante com os docentes regentes, compartilhando informações sobre o desenvolvimento dos estudantes e elaborando estratégias de intervenção. Entretanto,

destacou que a falta de tempo para o planejamento coletivo constitui uma das principais dificuldades enfrentadas pela equipe escolar. Essa constatação reforça as discussões de Mendes (2010), que aponta a necessidade de fortalecer o trabalho colaborativo entre os diferentes profissionais da educação. Embora a legislação defenda uma atuação integrada, a realidade das escolas muitas vezes impõe limitações relacionadas à carga horária, à quantidade de estudantes atendidos e às condições de trabalho dos professores.

Outro aspecto que merece reflexão diz respeito à concepção de inclusão presente na fala da entrevistada. Em diversos momentos, observa-se uma compreensão da inclusão como um processo que ultrapassa a simples presença física do estudante na escola. A inclusão é entendida como acolhimento, respeito às diferenças, garantia de oportunidades e construção de condições efetivas para a aprendizagem. Essa visão está alinhada às concepções contemporâneas da Educação Inclusiva, que defendem a participação ativa dos estudantes em todos os espaços escolares e o reconhecimento de suas potencialidades.

Entretanto, apesar dos avanços observados, a entrevista também evidencia desafios que ainda precisam ser superados. A insuficiência da formação inicial, a limitação de tempo para planejamento conjunto, a necessidade constante de produção de materiais adaptados e a crescente demanda por atendimentos especializados demonstram que a inclusão ainda depende, em grande medida, do esforço individual dos profissionais. Essa realidade exige uma reflexão crítica sobre as responsabilidades do Estado e das políticas públicas na garantia de condições adequadas para a efetivação da educação inclusiva.

As observações permitiram identificar a utilização de estratégias individualizadas, considerando as necessidades específicas de cada estudante e diferenciando as abordagens, conforme mostram as imagens 4 e 5. Embora os alunos tenham realizado o mesmo jogo, a mediação da professora foi distinta: a um deles foi concedida maior autonomia por apresentar facilidade na leitura, enquanto ao outro foi oferecido suporte pontual nas dificuldades, estimulando sua tentativa e orientando-o sem dar a resposta pronta caso não obtivesse êxito. Também

foi possível perceber a preocupação da profissional em desenvolver atividades que favorecessem não apenas a aprendizagem acadêmica, mas também aspectos relacionados à autonomia, à comunicação, à socialização e ao desenvolvimento integral dos educandos. Além disso, destacou-se a importância da parceria entre escola, família e profissionais especializados para a efetivação de um atendimento educacional de qualidade

Imagem 4. Jogo pedagógico



Fonte: Acervo das autoras (2026).

Imagem 5. Jogo pedagógico



Fonte: Acervo das autoras (2026).

De modo geral, as atividades desenvolvidas ao longo da disciplina possibilitaram uma compreensão mais ampla sobre a Educação Especial na perspectiva inclusiva, fortalecendo a formação acadêmica e profissional dos estudantes. A articulação entre teoria e prática permitiu refletir sobre a importância da construção de ambientes educacionais acessíveis, acolhedores e comprometidos com o direito à aprendizagem de todos, reafirmando o papel da educação como instrumento de transformação social e promoção da cidadania.

Outro aspecto que merece destaque se refere à importância da formação dos profissionais que atuam na área da Educação Especial Inclusiva. Durante as discussões desenvolvidas na disciplina e, posteriormente, na visita técnica realizada ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), tornou-se evidente que a qualidade do atendimento oferecido aos estudantes está diretamente relacionada à formação continuada dos professores e ao constante aperfeiçoamento de suas práticas pedagógicas. A complexidade das demandas apresentadas pelos estudantes público-alvo da Educação Especial exige conhecimentos específicos, sensibilidade, compromisso ético e capacidade de elaborar estratégias que respeitem as singularidades de cada educando. Nesse sentido, a formação profissional constitui um elemento fundamental para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Durante a visita técnica à Escola Municipal Professor Antônio Tosta, a recepção da equipe gestora e da professora responsável pelo AEE foi marcada pela acolhida, disponibilidade e disposição em compartilhar conhecimentos e experiências construídas ao longo de sua trajetória profissional. O momento proporcionou uma aproximação significativa entre a formação acadêmica e a prática educacional, permitindo observar como os conhecimentos teóricos discutidos em sala de aula são efetivamente aplicados no cotidiano escolar. A abertura da instituição para o diálogo e para a realização da pesquisa contribuiu significativamente para o enriquecimento das reflexões desenvolvidas ao longo da disciplina.

Dessa forma, a visita técnica possibilitou não apenas ampliar os conhecimentos adquiridos ao longo da disciplina, mas também

compreender a complexidade e a relevância do trabalho desenvolvido pelos profissionais do Atendimento Educacional Especializado. As experiências observadas reforçaram a importância da formação continuada, do trabalho colaborativo entre escola e família e da elaboração de planejamentos individualizados como elementos essenciais para a efetivação de uma educação inclusiva comprometida com a aprendizagem, a participação e o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

Por meio da entrevista realizada com a professora do AEE, foi possível compreender que o planejamento do Atendimento Educacional Especializado constitui um processo contínuo, sistemático e individualizado, fundamentado nas necessidades específicas de cada estudante. Segundo a profissional, o planejamento não se restringe à elaboração de atividades pedagógicas, mas envolve um amplo processo de investigação e acompanhamento que considera aspectos cognitivos, sociais, emocionais, motores e familiares dos educandos. Dessa forma, cada atendimento é organizado a partir das características e potencialidades apresentadas pelos estudantes, respeitando seus ritmos e formas de aprendizagem.

A professora destacou que uma das etapas fundamentais para a elaboração do planejamento é a realização da anamnese junto às famílias. Esse procedimento permite conhecer a trajetória de vida do estudante, seu histórico de desenvolvimento, condições de saúde, aspectos emocionais, relações familiares e experiências escolares anteriores. Além disso, a anamnese possibilita identificar informações relevantes sobre o período gestacional, condições de nascimento, desenvolvimento psicomotor, linguagem, socialização, hábitos de sono, alimentação, uso de medicações, acompanhamentos clínicos e demais fatores que podem influenciar o processo de aprendizagem. A participação da família nesse processo é considerada indispensável, uma vez que fornece subsídios importantes para a construção de estratégias pedagógicas mais adequadas às necessidades de cada educando.

Observou-se ainda que os pais ou responsáveis assinam documentos autorizando e colaborando com o processo de acompanha-

mento educacional, fortalecendo a parceria entre escola e família. A partir das informações coletadas, a equipe do AEE elabora o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), documento que orienta todas as ações pedagógicas desenvolvidas com o estudante. Nesse plano são registradas informações relacionadas às áreas do desenvolvimento motor, cognitivo, linguístico, social e emocional, bem como os objetivos a serem alcançados, as habilidades a serem desenvolvidas, os recursos pedagógicos necessários, as adaptações curriculares e as estratégias de avaliação e acompanhamento.

Outro elemento importante observado se refere à articulação permanente entre a professora do AEE e os docentes da sala regular. Segundo a profissional entrevistada, o planejamento dos atendimentos é construído semanalmente e considera os conteúdos que estão sendo trabalhados na classe comum, permitindo que as intervenções realizadas no atendimento especializado complementem e fortaleçam o processo de aprendizagem dos estudantes. Para isso, são realizadas conversas frequentes com os professores regentes, possibilitando avaliar avanços, identificar dificuldades e propor novas estratégias pedagógicas quando necessário.

Durante a observação do espaço multifuncional, verificou-se que grande parte das atividades desenvolvidas é baseada em metodologias lúdicas e recursos pedagógicos diversificados. Entre os materiais utilizados se destacam jogos de associação de imagens e palavras, jogos de formação de frases, quebra-cabeças, bingos do alfabeto, recursos visuais, materiais concretos, atividades sensoriais e tecnologias assistivas. Esses recursos são selecionados de acordo com os objetivos definidos no planejamento individual de cada estudante, buscando promover o desenvolvimento das habilidades cognitivas, motoras, sociais e comunicativas de forma significativa e motivadora.

As observações realizadas permitiram compreender que o Atendimento Educacional Especializado vai muito além de um espaço de reforço escolar. Trata-se de um serviço pedagógico especializado que busca eliminar barreiras à aprendizagem e à participação dos estudantes, promovendo condições para que desenvolvam suas potencialida-

des e participem de forma ativa do ambiente escolar. Nesse contexto, a elaboração cuidadosa da anamnese, do PAEE e das estratégias de intervenção demonstra o compromisso da equipe escolar com a construção de práticas inclusivas fundamentadas no respeito às diferenças e na valorização da singularidade de cada estudante.

Dessa forma, os resultados obtidos permitem concluir que o Atendimento Educacional Especializado desempenha papel fundamental na promoção da aprendizagem e da participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Contudo, para que a inclusão aconteça de maneira efetiva, torna-se necessário ampliar investimentos na formação docente, fortalecer o trabalho colaborativo entre os profissionais da escola e garantir recursos materiais e humanos compatíveis com as demandas da educação contemporânea. A inclusão, portanto, não deve ser compreendida apenas como um princípio legal, mas como um compromisso ético e social que exige mudanças estruturais e culturais em toda a comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo possibilitou compreender que a Educação Especial Inclusiva representa um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, um dos mais importantes avanços da educação contemporânea. As discussões desenvolvidas ao longo da disciplina, associadas à visita técnica ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e à entrevista com a professora responsável pelo serviço, permitiram aproximar os conhecimentos teóricos da realidade vivenciada nas escolas, evidenciando tanto os avanços alcançados quanto os desafios que ainda precisam ser superados para que a inclusão aconteça de forma efetiva.

Os resultados demonstraram que o Atendimento Educacional Especializado desempenha um papel essencial no desenvolvimento da autonomia, da aprendizagem e da participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Observou-se que o trabalho realizado pela professora é pautado no planejamento individualizado, na utilização de estratégias pedagógicas diversificadas e na valorização das

potencialidades de cada estudante. Entretanto, também foram identificadas dificuldades relacionadas à insuficiência da formação inicial dos professores, à necessidade constante de formação continuada, ao tempo reduzido para o planejamento colaborativo e às limitações de recursos, aspectos que ainda constituem barreiras para a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

A entrevista evidenciou que a efetivação da inclusão depende não apenas da existência de legislações e políticas públicas, mas também do comprometimento dos profissionais, do apoio da gestão escolar, da participação da família e da construção de práticas pedagógicas que respeitem as singularidades de cada estudante. Nesse sentido, torna-se evidente que a inclusão não pode ser compreendida apenas como a matrícula do aluno na escola regular, mas como um processo contínuo de transformação das práticas educacionais, das relações humanas e da cultura escolar.

Por fim, este trabalho reforça a importância da formação inicial e continuada de professores comprometidos com os princípios da educação inclusiva, capazes de reconhecer a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo. Espera-se que as reflexões apresentadas contribuam para ampliar o debate sobre a inclusão escolar e incentivem o desenvolvimento de políticas e práticas que assegurem o direito à educação de qualidade para todos, promovendo uma escola mais democrática, acessível, equitativa e socialmente comprometida.

REFERÊNCIAS

AMADO BATISTA. Sou Igualzinho a Você (part. Elias Wagner). **YouTube**, 13 jun. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BmHo8EF73Qc>. Acesso em: 24 jun. 2026.

JOHANSEN, Igor Cavallini. **Pesquisa qualitativa: a tensão entre a arte e o método?** Resenha da obra: FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. **Idéias**, Campinas, SP, edição especial, nova série, p. 235-240, 2013.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

PESSOTTI, Isaías. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

PLUTARCO. **Vida de Licurgo**. Tradução disponível em: **Consciência.org**. Disponível em: https://www.consciencia.org/plutarco_licurgo.shtml. Acesso em: 23 jun. 2026.

SILVA, Wilma Angélica da; STERING, Sílvia Maria dos Santos. Marcos legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. In: LEITE, Aline Fernanda Ventura Sávio; MORAES, Antonio Henrique Coutelo de; GONTIJO, Túlio Adriano Marques Alves (org.). **Formação de gestores para a Educação Especial na perspectiva inclusiva**. Rondonópolis: Universidade Federal de Rondonópolis, 2025. p. 13-44.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jul. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 jul. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 07 jul. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 07 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 07 jul. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm. Acesso em: 07 jul. 2026.

4

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

*Ana Beatriz Calixto de Oliveira¹
Anna Gabriella Assis Vilela²
Joanda Ferreira Alexandre da Silva³*

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem como princípio garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, respeitando suas diferenças e necessidades específicas. Esse direito é assegurado pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece a oferta de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino, em igualdade de oportunidades e sem qualquer forma de discriminação. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha um papel fundamental ao oferecer recursos pedagógicos, estratégias de acessibilidade e serviços que eliminem as barreiras que dificultam o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial. O AEE possui caráter complementar para estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suplementar para

1 Discente do curso de Fisioterapia da Universidade Federal de Jataí.
E-mail: ana.calixto@discente.ufj.edu.br

2 Discente do curso de Fisioterapia da Universidade Federal de Jataí.
E-mail: anna.vilela@discente.ufj.edu.br

3 Discente do curso de Agronomia da Universidade Federal de Jataí.
E-mail: joanda.silva@discente.ufj.edu.br

estudantes com altas habilidades ou superdotação, contribuindo para sua autonomia e desenvolvimento integral.

O público-alvo do AEE é composto por estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, que necessitam de recursos e estratégias específicas para superar barreiras e potencializar sua aprendizagem. Nesse sentido, o professor do AEE atua em parceria com os docentes da sala regular, a equipe gestora e as famílias, favorecendo práticas pedagógicas inclusivas e promovendo a participação ativa dos estudantes em todos os espaços escolares. Dessa forma, o Atendimento Educacional Especializado se torna um importante instrumento para a efetivação da educação inclusiva e para a garantia do direito à aprendizagem com equidade.

Com o objetivo de compreender de forma mais ampla o funcionamento desse serviço e sua importância no processo de inclusão escolar, foi realizada, no dia 19 de junho de 2026, uma visita técnica ao Colégio Flávio Vilela, sob a orientação do Professor Diego. A experiência proporcionou observar a rotina pedagógica desenvolvida no AEE, bem como dos recursos, metodologias e estratégias utilizadas para atender às demandas específicas dos estudantes. Durante a visita, foi possível perceber a relevância do diálogo entre escola e família, da observação contínua e da avaliação individualizada como elementos essenciais para a construção de um atendimento eficaz.

A observação também evidenciou o compromisso da instituição em oferecer um atendimento que valoriza as potencialidades dos alunos, utilizando diferentes recursos pedagógicos e tecnológicos para favorecer a aprendizagem e a autonomia. Mesmo diante de algumas limitações estruturais, o espaço do AEE apresenta uma variedade de materiais adaptados e recursos didáticos que auxiliam no desenvolvimento cognitivo, motor, social e comunicativo dos estudantes, demonstrando a criatividade e o empenho dos profissionais envolvidos no processo educacional.

Diante disso, esse relato tem como objetivo apresentar as práticas observadas durante a visita técnica, destacando a organização do atendimento, o planejamento pedagógico, os recursos utilizados e a atuação do professor especializado. Além disso, busca refletir sobre a importância do AEE como instrumento de inclusão, desenvolvimento e garantia do direito à educação para estudantes com necessidades educacionais específicas, evidenciando os desafios e as contribuições dessa modalidade de atendimento para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa (Minayo, 2014), desenvolvido a partir dos conteúdos abordados na disciplina de Núcleo Livre de Educação Especial Inclusiva, ministrada pelo docente Túlio. O relato de experiência permite descrever e refletir sobre vivências acadêmicas, relacionando a teoria com a prática (Mussi; Flores; Almeida, 2021).

O presente relato foi realizado por meio dos aprendizados obtidos entre os conteúdos discutidos em sala de aula e uma entrevista realizada com o professor do Atendimento Educacional Especializado.

A entrevista foi realizada na Escola Estadual Flávio Vilela, no município de Jataí-GO, no dia 19 de junho de 2026. Para preservar a identidade da participante, foi utilizado um pseudônimo ao longo deste trabalho. Além disso, foi utilizada uma entrevista semiestruturada (Gil, 2019), composta por um roteiro (Imagem 1) de perguntas previamente elaborado e por questionamentos complementares que surgiram durante a conversa, permitindo aprofundar alguns temas abordados.

Imagem 1. Roteiro utilizado durante a entrevista

PERGUNTAS ELABORADAS:

1. Há quanto tempo o senhor atua na área? Qual é a sua formação?
 2. O atendimento dura quanto tempo? Quantas vezes na semana o aluno é atendido?
 3. Existe uma anamnese para o aluno? Como ela funciona?
 4. Na instituição há alunos com altas habilidades ou superdotação? O senhor já trabalhou com algum?
 5. Nesse caso, o senhor adaptava ou dificultava as atividades para esse aluno?
 6. Com quantos alunos o senhor trabalha atualmente?
 7. Houve algum planejamento ou atividade que o senhor considerou mais difícil de elaborar?
 8. O senhor já atendeu algum aluno surdo?
 9. Há algo que o senhor considera que falta na sala de AEE?
 10. Como é a sua relação com as famílias dos alunos?
 11. Houve algum caso em que o senhor acompanhou a evolução do aluno e considerou especialmente gratificante?
 12. O PAEE é atualizado de quanto em quanto tempo?
 13. Existe algum momento em que o atendimento no AEE é encerrado para o aluno, como se ele recebesse alta?
 14. O senhor permite que os alunos escolham o brinquedo ou material que vão utilizar durante o atendimento?
 15. Qual seria o cenário ideal para o trabalho no AEE?
 16. Existe algum objeto ou material com o qual o senhor gosta mais de trabalhar?
-

Fonte: Acervo das autoras (2026).

Antes da realização da entrevista, foi apresentado ao professor do AEE o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Uso de Imagem (Imagem 2), autorizando a utilização das informações obtidas na entrevista e das imagens exclusivamente para fins acadêmicos, publicações, entre outros.

A entrevista teve início às 13h35 e duração aproximada de 45 minutos, sendo realizada na sala de Atendimento Educacional Especializado da escola. Após a visita, as informações obtidas foram organizadas, analisadas e relacionadas aos conteúdos estudados na disciplina e à legislação da Educação Especial Inclusiva, permitindo estabelecer relações entre a teoria e a prática observada durante a visita técnica.

Imagem 2. Cabeçalho do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Uso de Imagem



Por fim, para a revisão do manuscrito, foi utilizado o ChatGPT como ferramenta de apoio exclusivamente para correções gramaticais, ortográficas e sugestões de aprimoramento da escrita, sem alteração do conteúdo, das análises ou das interpretações produzidas pelas autoras.

DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, foi apresentado o espaço destinado ao AEE, onde se observou um ambiente organizado, contendo diversos recursos pedagógicos, materiais lúdicos e jogos educativos voltados para o desenvolvimento das habilidades cognitivas, motoras, sensoriais e sociais dos alunos. Apesar de o espaço físico apresentar limitações, verificou-se que os materiais disponíveis são utilizados de forma planejada e intencional, buscando atender às necessidades individuais de cada estudante.

Dentre os recursos observados, destacam-se jogos de encaixe, brinquedos educativos confeccionados em madeira, alfabeto móvel, materiais para coordenação motora fina, jogos de associação, materiais de estimulação lógica, blocos de construção, recursos para alfabetização e materiais adaptados utilizados conforme as especificidades de cada aluno. Esses recursos têm como objetivo estimular diferentes áreas do desenvolvimento, promovendo autonomia, concentração, raciocínio lógico, coordenação motora e habilidades de comunicação.

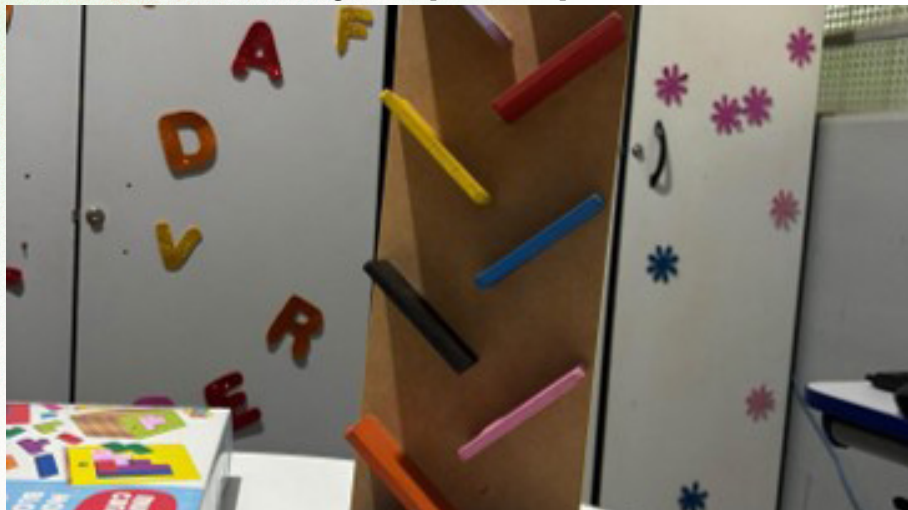
Imagem 3. Aramado de coordenação motora



Fonte: Acervo das autoras (2026).

Durante a visita também foi possível observar materiais destinados ao desenvolvimento psicomotor, como o aramado de coordenação motora, brinquedo que auxilia no fortalecimento da coordenação visomotora, da atenção e da percepção espacial. Outro recurso observado foi o caminhão de encaixe com peças coloridas, utilizado para estimular reconhecimento de cores, coordenação motora fina, resolução de problemas e organização espacial. Além desses, havia jogos de alinhamento, quebra-cabeças, alfabeto móvel e diversos materiais manipuláveis que favorecem a aprendizagem por meio da experimentação e da ludicidade.

Imagem 4. Expresso Maluquinho



Fonte: Acervo das autoras (2026).

O professor explicou que cada atendimento é planejado individualmente, considerando o diagnóstico, as potencialidades, as dificuldades e os objetivos de aprendizagem de cada estudante. O AEE não substitui o ensino realizado na sala de aula comum, mas atua de forma complementar e suplementar, oferecendo estratégias que auxiliam o aluno a superar barreiras que dificultam sua participação no ambiente escolar.

Outro aspecto ressaltado durante a entrevista foi a importância da parceria entre o professor do AEE, os docentes da sala regular, a equipe gestora e as famílias. Segundo o profissional, a comunicação constante entre todos os envolvidos permite acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, compartilhar informações relevantes e elaborar estratégias pedagógicas mais eficientes para favorecer o processo de inclusão.

Também foi destacado que o planejamento das atividades é realizado com base na observação contínua do estudante, respeitando seu ritmo de aprendizagem e suas necessidades específicas. O professor enfatizou que não existe um único método capaz de atender todos os alunos, sendo necessário adaptar constantemente as atividades, os materiais e as estratégias conforme a evolução apresentada durante os atendimentos.

Durante a visita foi possível conhecer o local onde os materiais pedagógicos são armazenados, evidenciando a grande diversidade de recursos disponíveis para utilização nas intervenções. Observou-se que esses materiais são organizados por finalidade e utilizados de acordo com os objetivos estabelecidos para cada atendimento, facilitando o planejamento e a execução das atividades.

Além dos aspectos pedagógicos, a visita permitiu compreender que o trabalho desenvolvido no AEE envolve acolhimento, escuta, incentivo à autonomia e valorização das potencialidades dos estudantes. O ambiente busca proporcionar segurança, confiança e oportunidades para que cada aluno desenvolva suas capacidades de maneira significativa, respeitando suas limitações e seu ritmo de aprendizagem.

A experiência proporcionou uma aproximação entre os conhecimentos teóricos discutidos em sala de aula e a realidade vivenciada na escola. Foi possível perceber que a efetivação da educação inclusiva depende não apenas da existência do Atendimento Educacional Especializado, mas também do compromisso da equipe escolar, da disponibilidade de recursos pedagógicos, da formação dos profissionais e do trabalho colaborativo entre escola, família e comunidade.

Imagem 5. Alunas durante a visitação



Fonte: Acervo das autoras (2026).

Dessa forma, a visita técnica evidenciou que o AEE constitui um importante instrumento para a promoção da inclusão escolar, contribuindo para garantir o direito à educação de qualidade, à participação e ao desenvolvimento integral dos estudantes público-alvo da Educação Especial. A atuação do professor especializado, aliada ao uso de recursos pedagógicos diversificados e ao planejamento individualizado, demonstra que a inclusão é construída diariamente por meio de práticas que valorizam as diferenças e promovem oportunidades de aprendizagem para todos

Imagem 6. Acervo de brinquedos educativos



Fonte: Acervo das autoras (2026).

RESULTADOS

Durante a entrevista, o professor relatou que o planejamento do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) é atualizado conforme a evolução do estudante, sendo reformulado sempre que os objetivos propostos são alcançados. O atendimento do AEE ocorre, em geral, até duas vezes por semana, com duração aproximada de 30 minutos por sessão, podendo ser adaptado conforme a necessidade do aluno. Também destacou que é realizada uma anamnese com a família para conhecer o histórico do estudante desde a gestação.

Segundo o professor, o maior desafio é o trabalho com alunos não verbais, devido à dificuldade de comunicação e de avaliar seu entendimento. Ele ressaltou ainda a importância da parceria com as famílias e com os professores da sala regular, além de enfatizar que o uso de materiais pedagógicos, jogos e tecnologias contribui para o desenvolvimento dos estudantes. Por fim, apontou como principais dificuldades a falta de espaço e de acessibilidade na sala de AEE, embora considere gratificante acompanhar a evolução dos alunos ao longo do processo educacional.

CONCLUSÃO

A visita técnica ao Colégio Flávio Vilela proporcionou uma compreensão mais ampla sobre a importância do AEE na promoção de uma educação inclusiva. A experiência evidenciou que a inclusão escolar vai muito além da permanência do estudante na escola, exigindo estratégias pedagógicas individualizadas, planejamento contínuo e ações que favoreçam o desenvolvimento de suas potencialidades. Nesse contexto, foi possível compreender a relevância do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) como instrumento que orienta as intervenções pedagógicas e contribui para a eliminação das barreiras que dificultam a aprendizagem. A atuação do professor do AEE demonstrou que um olhar acolhedor e focado nas capacidades do estudante é fundamental para promover avanços significativos em sua autonomia, comunicação e desenvolvimento.

A vivência também permitiu reconhecer a importância dos recursos pedagógicos adaptados e das tecnologias assistivas no processo de ensino e aprendizagem. Observou-se que materiais confeccionados com recursos simples e de baixo custo podem ser tão eficazes quanto tecnologias mais sofisticadas, desde que utilizados de forma planejada e de acordo com as necessidades de cada estudante. Essa percepção reforça que a criatividade, o compromisso e a formação do profissional são fatores determinantes para a construção de práticas inclusivas de qualidade, independentemente das limitações estruturais existentes.

Ao mesmo tempo, a visita possibilitou refletir sobre os desafios enfrentados pelas instituições de ensino na efetivação da educação inclusiva. Questões como limitações na infraestrutura, barreiras de acessibilidade, escassez de recursos materiais e necessidade de formação continuada dos profissionais evidenciam que ainda existem obstáculos para a consolidação de uma escola plenamente inclusiva. Esses aspectos reforçam a importância da implementação de políticas públicas que garantam melhores condições de trabalho, investimentos em acessibilidade e qualificação permanente dos educadores, assegurando o direito à educação para todos os estudantes.

Por fim, a experiência representou um importante momento de aprendizagem para a formação acadêmica e profissional, ao aproximar os conhecimentos teóricos da realidade vivenciada no ambiente escolar. A visita permitiu compreender que o sucesso da inclusão depende do trabalho colaborativo entre o professor do AEE, os docentes da sala regular, a equipe gestora, a família e toda a comunidade escolar. Dessa forma, conclui-se que o Atendimento Educacional Especializado constitui um elemento essencial para a construção de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia, da aprendizagem e da participação efetiva dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 16 jun. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2025/decreto-12686-20-outubro-2025-798166-publicacaooriginal-176779-pe.html> Acesso em: 16 jun. 2026

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 16 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 16 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/secadi/politicaseducacaoespecial.pdf> Acesso em: 16 jun. 2026

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-ceb-2009> Acesso em: 16 jun. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** 2. ed. São Paulo: Summus, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Cláudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 1-18, 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 9. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

5

RELATO DE EXPERIÊNCIA

OBSERVAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NA ESCOLA MUNICIPAL AUTA DE SOUZA

*Jesser Lima Souza*¹

*Kelly Cristina Cardoso da Silva*²

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem como principal objetivo garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, respeitando suas características individuais e assegurando igualdade de oportunidades no processo de ensino e aprendizagem. Para que isso ocorra de forma efetiva, é necessário que as instituições de ensino desenvolvam estratégias pedagógicas capazes de atender às diferentes necessidades apresentadas pelos estudantes, promovendo um ambiente escolar acolhedor, acessível e comprometido com a aprendizagem de todos.

Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha um papel fundamental, pois oferece suporte complementar ao ensino regular, contribuindo para o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Esse atendimento não substitui as atividades desenvolvidas na sala de aula comum, mas busca identificar e eliminar barreiras que dificultam

¹ Acadêmico do curso Educação Física bacharelado da Universidade Federal de Jataí
E-mail: jesser.souza@discente.ufj.edu.br

² Acadêmica do curso de Pedagogia Licenciatura da Universidade Federal de Jataí
E-mail: ckelly@discente.ufj.edu.br

a aprendizagem, favorecendo a autonomia, a participação e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Entre os estudantes atendidos pelo AEE, estão aqueles diagnosticados com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Esse transtorno pode ocasionar dificuldades relacionadas à atenção, concentração, organização e planejamento das atividades escolares, exigindo do professor a adoção de estratégias pedagógicas diferenciadas que estimulem o interesse, a participação e a permanência do estudante nas atividades propostas.

A escolha da temática *Educação Especial e Inclusiva* se justifica por sua relevância nos âmbitos social, educacional e profissional. Em uma sociedade marcada pela diversidade, torna-se indispensável compreender os princípios que fundamentam a inclusão escolar e os recursos que asseguram o direito ao acesso, à permanência, à participação e à aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Dessa forma, o estudo dessa temática contribui para a superação de práticas excludentes, a redução de preconceitos e a construção de uma educação pautada no respeito às diferenças, na valorização das potencialidades individuais e no reconhecimento da diversidade humana. Além disso, favorece a formação de profissionais mais preparados para desenvolver práticas pedagógicas inclusivas e comprometidas com a participação efetiva de todos os estudantes no ambiente escolar.

Nas últimas décadas, as discussões sobre a Educação Especial e a Educação Inclusiva têm adquirido maior visibilidade diante da necessidade de assegurar o direito à educação para todos os estudantes, considerando suas singularidades e garantindo sua participação efetiva no processo de ensino e aprendizagem. Embora frequentemente utilizados como sinônimos, esses conceitos possuem significados distintos e complementares. Conforme estabelece a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o público-alvo da Educação Especial é composto por pessoas com deficiência (física, intelectual, visual, auditiva e múltipla), pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outros transtornos globais

do desenvolvimento, além de estudantes com altas habilidades ou superdotação. Nessa perspectiva, a Educação Especial não substitui a escolarização na classe comum, mas atua como um serviço complementar ou suplementar, principalmente por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Por sua vez, a Educação Inclusiva apresenta uma concepção mais ampla, compreendendo um processo permanente de transformação da escola para que ela seja capaz de atender à diversidade de seus estudantes, ampliando suas oportunidades de participação, aprendizagem e desenvolvimento no ambiente escolar.

Diante do desafio de garantir não apenas a matrícula, mas também a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial no ensino regular, destaca-se a importância do Atendimento Educacional Especializado como uma das principais estratégias das políticas públicas de inclusão educacional no Brasil. Esse atendimento tem como finalidade identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos, estratégias de ensino e instrumentos de acessibilidade que favoreçam o desenvolvimento e a participação dos estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação.

De acordo com o art. 5º do Decreto nº 12.686/2025, o AEE constitui um conjunto de atividades pedagógicas de caráter complementar à escolarização das pessoas com deficiência e com TEA e suplementar à escolarização dos estudantes com altas habilidades ou superdotação. Além disso, conforme estabelece o art. 11, § 7º, do referido decreto, a oferta desse atendimento não deve estar condicionada à apresentação de diagnóstico, laudo médico ou relatório clínico. A identificação das necessidades do público-alvo da Educação Especial deve ocorrer por meio de avaliação pedagógica fundamentada na observação das barreiras existentes e das necessidades de apoio do estudante.

Esse processo envolve a identificação inicial das demandas educacionais, a análise das barreiras presentes no contexto escolar, o reconhecimento das potencialidades do estudante e a definição de

estratégias pedagógicas e recursos de acessibilidade que favoreçam sua aprendizagem, participação e desenvolvimento integral. Essa perspectiva reforça a compreensão de que a inclusão escolar depende da eliminação das barreiras à aprendizagem e da criação de condições que possibilitem a cada estudante desenvolver suas capacidades, respeitando seus ritmos, características e formas de aprender.

A observação da prática profissional constitui uma importante ferramenta para a formação acadêmica, pois possibilita relacionar os conhecimentos construídos durante o curso com a realidade vivenciada nas instituições escolares. Além disso, permite compreender a organização do Atendimento Educacional Especializado, os recursos pedagógicos utilizados e a atuação do professor diante das necessidades específicas apresentadas pelos estudantes.

Dessa forma, este relato de experiência tem como objetivo apresentar as observações realizadas durante a visita à Escola Municipal Auta de Souza, destacando as estratégias pedagógicas utilizadas no atendimento de uma estudante diagnosticada com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), bem como refletir sobre a importância do Atendimento Educacional Especializado como instrumento de fortalecimento da educação inclusiva e da garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes.

METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho se caracteriza como um relato de experiência, de abordagem qualitativa, desenvolvido a partir de uma observação não participante realizada na Escola Municipal Auta de Souza, localizada no município de Jataí-GO, como mostra a imagem 1.

Imagem 1. Faixada da escola



Fonte: Acervo dos autores (2026).

Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa busca compreender os significados, as percepções, os valores e as relações presentes nos fenômenos sociais, possibilitando uma análise aprofundada da realidade investigada. Nessa mesma perspectiva, Gil (2008) afirma que a observação constitui uma importante técnica de coleta de dados, por permitir a obtenção de informações diretamente no ambiente em que os fatos ocorrem, favorecendo uma compreensão mais ampla do contexto estudado.

A visita à instituição foi realizada no dia 22 de junho de 2026, no período matutino, pelos acadêmicos Jesser Lima Souza e Kelly Cristina Cardoso da Silva. Entretanto, nessa ocasião, não foi possível acompanhar o Atendimento Educacional Especializado (AEE), devido à ausência dos estudantes que seriam atendidos. Diante dessa situação, o acadêmico Jesser Lima Souza retornou à escola no período vespertino, quando foi possível observar a realização do atendimento educacional especializado.

Além da observação, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a professora responsável pelo AEE, identificada neste relato pelo nome fictício Flor, em conformidade com os princípios éticos da pesquisa a professora mostrou algumas materiais presentes na sala como mostra as imagens 2, 3, 4 e 5:

Imagem 2, 3, 4 e 5: Um pouco dos materiais da sala do AEE.



Fonte: Acervo dos autores (2026).

Para preservar a identidade dos participantes, tanto a professora quanto a estudante observada foram identificadas por meio de nomes fictícios, denominadas, respectivamente, Flor e Rosa. Essa medida foi adotada com o objetivo de assegurar o sigilo, a privacidade e a confidencialidade das informações, conforme estabelecido pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016). Corroborando essa prática, Creswell e Creswell (2021) destacam que, em pesquisas qualitativas, é responsabilidade do pesquisador proteger a identidade dos participantes por meio da utilização de pseudônimos ou de outras formas de anonimização.

Durante a entrevista, a professora Flor destacou que o Atendimento Educacional Especializado tem como principal objetivo identificar as necessidades de cada estudante e desenvolver estratégias pedagógicas individualizadas que complementem o ensino realizado na sala

de aula regular. Segundo a docente, o planejamento das atividades é elaborado a partir das características e dificuldades apresentadas por cada aluno, priorizando o desenvolvimento da autonomia, da atenção, da memória, da coordenação motora e das habilidades cognitivas. Ela ressaltou ainda que o AEE não substitui o trabalho desenvolvido pelo professor regente, mas atua em parceria com ele, buscando eliminar barreiras à aprendizagem e favorecer a participação do estudante em todas as atividades escolares.

A professora relatou que mantém diálogo frequente com os professores da sala comum e, sempre que possível, com as famílias dos estudantes, pois considera essa parceria essencial para acompanhar a evolução dos alunos. Segundo ela, os recursos utilizados durante o atendimento são escolhidos de acordo com os objetivos pedagógicos de cada estudante, incluindo jogos educativos, materiais concretos, recursos tecnológicos e atividades lúdicas que estimulam a concentração, o raciocínio lógico, a linguagem e a resolução de problemas.

Durante a observação, foi possível acompanhar o atendimento individual de uma estudante diagnosticada com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), sem qualquer interferência por parte dos observadores, preservando o desenvolvimento natural das atividades pedagógicas.

As informações utilizadas na elaboração deste relato foram obtidas por meio da observação direta das atividades desenvolvidas durante o atendimento, da entrevista realizada com a professora do AEE, bem como de registros escritos e fotográficos previamente autorizados pela instituição. Antes da realização da entrevista e dos registros fotográficos, foram apresentados à professora responsável o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Autorização para Uso de Imagem, garantindo sua concordância quanto à utilização das informações e das imagens exclusivamente para fins acadêmicos.

Este relato de experiência foi elaborado a partir dos estudos e das discussões desenvolvidos na disciplina de Núcleo Livre de Educação Especial Inclusiva, ministrada pelo professor Túlio. A construção do trabalho se fundamentou na articulação entre os referenciais teóricos

estudados ao longo da disciplina e as informações obtidas durante a observação e a entrevista, possibilitando uma reflexão crítica sobre as práticas desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado e sua contribuição para a efetivação da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Outro aspecto ressaltado pela entrevistada foi que cada atendimento possui características próprias, uma vez que os estudantes apresentam necessidades distintas. Dessa forma, a professora enfatizou que o planejamento é flexível e constantemente adaptado conforme a evolução observada durante os atendimentos, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada aluno e valorizando suas potencialidades.

Após a coleta dos dados, as informações foram organizadas, sistematizadas e analisadas à luz dos referenciais teóricos estudados na disciplina, permitindo estabelecer relações entre a fundamentação teórica e a prática observada. Esse processo favoreceu uma compreensão mais aprofundada da atuação do Atendimento Educacional Especializado e de sua importância para a promoção da inclusão, da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Ao final da visita, os dados obtidos por meio da entrevista foram sistematizados e submetidos à análise descritiva, estabelecendo-se relações com os referenciais teóricos estudados na disciplina e com a legislação que fundamenta a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Esse processo permitiu compreender a relevância do Atendimento Educacional Especializado como estratégia de apoio à inclusão escolar, evidenciando sua contribuição para o desenvolvimento, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Por fim, com o objetivo de aperfeiçoar a revisão ortográfica, a coesão, a coerência e a adequação da linguagem científica deste relato de experiência, foi utilizada a ferramenta ChatGPT, desenvolvida pela OpenAI. O recurso foi empregado exclusivamente como suporte para a revisão e o aprimoramento da redação, permanecendo sob responsabi-

lidade das autoras a produção do conteúdo, a verificação da veracidade das informações, a análise crítica e a elaboração da versão final do trabalho.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A observação foi inicialmente planejada para ser realizada por três acadêmicos da disciplina de Núcleo Livre de Educação Especial Inclusiva. No dia da visita à Escola Municipal Auta de Souza, o grupo compareceu à instituição no período matutino, com mostra a imagem 3 abaixo:

Imagem 6. Autores na porta da escola



Fonte: Acervo dos autores (2026).

Entretanto, não foi possível acompanhar o Atendimento Educacional Especializado (AEE), pois a estudante que seria atendida estava ausente da escola naquele dia. Durante a entrevista, a docente informou possuir 14 anos de experiência na área da Educação Especial, com formação em Pedagogia e especialização em Neuropsicopedagogia, atuando no Atendimento Educacional Especializado desde o ano de 2022,

Diante dessa situação, foi necessário retornar à instituição no período vespertino para a realização da observação. Posteriormente, uma das acadêmicas desistiu da disciplina, motivo pelo qual este relato de experiência foi elaborado apenas pelos acadêmicos que permaneceram vinculados ao componente curricular.

A observação teve início às 14h32, momento em que a estudante **Rosa** (nome fictício) chegou ao Atendimento Educacional Especializado. Inicialmente, a professora **Flor** (nome fictício) realizou uma breve conversa com a estudante sobre assuntos relacionados ao seu cotidiano, buscando estabelecer um ambiente acolhedor, fortalecer o vínculo e favorecer sua participação nas atividades propostas.

A primeira atividade observada consistiu na apresentação de figuras contendo diferentes alimentos. Antes de iniciar o jogo da memória, a professora apresentou individualmente cada imagem e solicitou que a estudante identificasse os alimentos representados. A aluna respondeu corretamente às perguntas, demonstrando conhecimentos prévios e boa compreensão das figuras apresentadas.

Na sequência, foi iniciado o jogo da memória utilizando as mesmas imagens. Durante toda a atividade, a professora estimulou constantemente a atenção, a concentração e o raciocínio da estudante por meio de questionamentos e orientações, incentivando-a a recordar a posição das figuras e encontrar os pares correspondentes. Observou-se que a estudante permaneceu concentrada durante praticamente toda a atividade, demonstrando interesse, participação e envolvimento.

Após o término do jogo da memória, foi realizada uma atividade de contagem dos pares encontrados. Inicialmente, a estudante apresentou pequena dificuldade para identificar a quantidade total de pares, porém, com a mediação e as orientações da professora, conseguiu realizar a contagem corretamente, evidenciando avanços durante a atividade.

Em seguida, foram utilizados recursos tecnológicos por meio de jogos educativos no computador. Inicialmente, a estudante participou de um jogo da memória em formato digital e, posteriormente, realizou

uma atividade de labirinto com diferentes níveis de dificuldade. A professora aumentava gradativamente a complexidade das tarefas à medida que observava o desempenho da estudante, respeitando seu ritmo de aprendizagem e oferecendo auxílio sempre que necessário.

Durante toda a observação, foi possível perceber que a utilização de atividades lúdicas, recursos concretos e tecnologias digitais favoreceu significativamente o interesse, a concentração e a participação da estudante. Também se destacou a postura da professora, marcada pelo acolhimento, pela escuta atenta, pelo incentivo constante e pelo respeito ao tempo de aprendizagem da aluna, evidenciando a importância da mediação pedagógica no Atendimento Educacional Especializado.

As observações realizadas reforçam que o uso de jogos educativos, materiais concretos e recursos tecnológicos constitui uma estratégia importante para estimular habilidades cognitivas, especialmente em estudantes com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Além disso, evidenciam que o Atendimento Educacional Especializado desempenha papel fundamental na promoção da inclusão escolar, ao oferecer suporte complementar ao ensino regular e contribuir para o desenvolvimento da autonomia, da atenção, da aprendizagem e da participação ativa dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A observação realizada na Escola Municipal Auta de Souza possibilitou compreender a importância do Atendimento Educacional Especializado como suporte ao processo de inclusão escolar. Foi possível observar que o planejamento das atividades, a utilização de recursos lúdicos e a mediação realizada pelo professor contribuíram para manter a estudante motivada e participativa durante todo o atendimento.

A experiência também permitiu relacionar os conhecimentos adquiridos durante a disciplina de Educação Especial Inclusiva com a prática profissional, ampliando a compreensão sobre os desafios e possibilidades existentes no atendimento de estudantes com TDAH. Dessa forma, conclui-se que o AEE representa um importante instrumento

para favorecer o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes, contribuindo para uma educação mais inclusiva e significativa.

Conclui-se, dessa forma, que permanecem significativas as lacunas entre os princípios estabelecidos pela legislação da Educação Especial Inclusiva e sua efetivação no cotidiano escolar. Tais desafios estão relacionados, principalmente, à insuficiência de recursos e investimentos destinados às instituições de ensino, bem como à participação limitada de algumas famílias no processo de acompanhamento e reconhecimento das necessidades educacionais específicas dos estudantes.

Nesse cenário, o profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE) assume uma função fundamental de articulação e mediação, atuando na aproximação entre as demandas dos estudantes, a escola e suas famílias. Sua prática envolve a elaboração e implementação de estratégias pedagógicas que favoreçam a eliminação de barreiras, promovendo melhores condições de aprendizagem, desenvolvimento e participação dos alunos no ambiente escolar.

Embora ainda sejam evidentes os obstáculos presentes no processo de inclusão, destaca-se que o comprometimento dos profissionais da educação, aliado à valorização das potencialidades individuais dos estudantes, representa um aspecto essencial para a construção de uma escola democrática, acessível e comprometida com uma educação verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 2025**. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

BRASIL. **Decreto nº 12.773, de 2025**. Altera o Decreto nº 12.686, de 2025. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 maio 2016.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

6

VIVENCIANDO O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

RELATO DE EXPERIENCIA

*Dyeneffe Lorraine Gonçalves de Sousa¹
Júlia Silva Souza²*

INTRODUÇÃO

Este relato de experiência tem como objetivo principal apresentar uma reflexão aprofundada sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), um serviço muito importante que ajuda a escola a ser um lugar de aprendizado e acolhimento para todo mundo. Partimos da ideia de que cada criança aprende de um jeito único.

Algumas precisam de um apoio diferente, de materiais especiais ou de um tempo a mais para entender as coisas. É aí que entra o AEE, ele funciona como um amigo que percebe o que cada aluno precisa, cria jeitos novos de ensinar e faz com que todos se sintam parte da turma, com o objetivo de garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Instituído no Brasil pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) de 2008 e regulamentado pelo Decreto nº 7.611 de 2011, o

Acadêmica do curso de Fisioterapia da universidade Federal de Jataí Goiás.
E-mail: dyeneffe.sousa@discente.ufj.edu.br

Acadêmica do curso de Fisioterapia da universidade Federal de Jataí Goiás.
E-mail: souza.julia@discente.ufj.edu.br

AEE se configura como um serviço complementar ou suplementar à escolarização, não sendo substitutivo à classe comum.

A importância do AEE está em abrir caminhos. Ele funciona como uma ponte, ajudando a identificar o que cada aluno precisa e a criar ferramentas e atividades que tornem o aprendizado mais fácil e divertido. Assim, barreiras que antes pareciam grandes desaparecem, e todos podem participar plenamente da vida escolar. É sobre dar a cada um o que ele precisa para se sentir capaz e feliz na escola.

Para além da técnica, a atuação desse atendimento exige uma escuta sensível e um olhar atento às subjetividades de cada estudante. Não se trata apenas de adaptar conteúdos, mas de compreender as potencialidades que muitas vezes são obscurecidas por diagnósticos ou rótulos. Ao focar no que o aluno consegue realizar, o professor da sala de AEE e o regente da sala comum constroem, juntos, um currículo mais flexível e humano, onde o erro é visto como parte do processo e o sucesso é celebrado como uma conquista coletiva de toda a comunidade escolar.

Essa colaboração entre os dois ensinos garante que a inclusão não seja apenas uma presença física, mas uma participação efetiva. Quando a escola investe em tecnologias assistivas, em recursos pedagógicos acessíveis e em um planejamento compartilhado, ela deixa de ser um lugar de padronização para se tornar um espaço de equidade. Nesse cenário, a família também desempenha um papel fundamental, atuando como parceira na construção de um projeto de vida que reconheça o direito do estudante de sonhar e de ocupar o seu lugar na sociedade com autonomia.

Por fim, reafirmamos que a educação inclusiva é um compromisso ético e um direito humano inalienável. A transformação de uma escola comum em uma escola inclusiva requer persistência e a desconstrução constante de barreiras atitudinais que ainda persistem em nossa cultura. Ao fortalecermos o AEE e as práticas de inclusão, estamos não apenas cumprindo a legislação, mas construindo as bases para uma sociedade mais justa e democrática, onde a diversidade é entendida como a maior riqueza da experiência humana.

METODOLOGIA

Este trabalho se caracteriza como um relato de experiência, desenvolvido a partir de uma visita técnica realizada por nós, acadêmicas do curso de Fisioterapia, à Escola Municipal Leopoldo Nonato de Oliveira, durante a disciplina de Educação Especial Inclusiva.

A experiência foi realizada no setor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no período vespertino. Participaram da atividade as acadêmicas responsáveis pelo relato, o professor do AEE e os estudantes atendidos durante as observações, sendo preservada a identidade de todos os participantes.

Como instrumentos para a coleta de informações, utilizamos a observação direta de três atendimentos, uma entrevista semiestruturada aberta com o professor responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), além de anotações, registros fotográficos e gravações realizadas por meio de telefone celular.

A entrevista semiestruturada consiste em uma técnica de coleta de dados orientada por um roteiro previamente definido, porém conduzida de forma flexível, permitindo ao entrevistador alterar a sequência das perguntas e explorar temas relevantes que surgem ao longo da conversa com o entrevistado (Manzini, 2004).

Todas as atividades foram realizadas com autorização da direção da escola e do professor responsável pelo AEE, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As informações obtidas foram posteriormente analisadas e relacionadas aos conteúdos abordados na disciplina, permitindo uma reflexão sobre a importância do Atendimento Educacional Especializado no processo escolar.

Ressalta-se que foi utilizada uma ferramenta de Inteligência Artificial (IA), o ChatGPT, exclusivamente para sugerir sinônimos e realizar a revisão gramatical do texto.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A experiência possibilitou uma compreensão mais ampla acerca do funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e de sua relevância para a promoção da educação inclusiva. Durante a visita à Sala de Recursos Multifuncionais, foram observados três atendimentos, nos quais se evidenciou que as intervenções são planejadas de forma individualizada, considerando as necessidades, potencialidades e especificidades de cada estudante. Essa vivência permitiu aproximar os conhecimentos discutidos na disciplina da realidade vivenciada no ambiente escolar.

Na entrevista realizada, o professor responsável pelo AEE informou possuir formação em Pedagogia e Psicologia, além de atuar na área há pouco mais de um ano. Ao relatar sua trajetória profissional, destacou sua identificação com a educação e a saúde mental, ressaltando que o acolhimento, a escuta e a valorização das características dos estudantes constituem princípios que orientam sua prática pedagógica, aspectos que puderam ser observados durante os atendimentos acompanhados.

Imagem 1. Aluna e professor do AEE realizando atividades de reconhecimento do alfabeto no computador



Fonte: Acervo das autoras (2026).

Quanto à organização do serviço, verificou-se que os atendimentos ocorrem no contraturno escolar, com aproximadamente vinte alunos semanais, e com duração variável conforme a faixa etária dos estudantes, sendo realizados por dois profissionais na Sala de Recursos Multifuncionais. Essa estrutura favorece um acompanhamento individualizado, respeitando o ritmo de aprendizagem e as necessidades de cada aluno. Além disso, essa forma de organização está em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que assegura o direito à educação em sistema educacional inclusivo em todos os níveis e ao longo da vida, garantindo a oferta de apoio e recursos de acessibilidade necessários ao processo de aprendizagem (Brasil, 2015).

Observou-se, ainda, que cada estudante possui um planejamento elaborado de acordo com suas demandas educacionais, possibilitando a utilização de estratégias e recursos compatíveis com suas necessidades.

Imagem 2 . Professor e aluno jogando xadrez



Fonte: Acervo das autoras (2026).

Entre os materiais empregados se destacam blocos para montar, jogos de xadrez para o desenvolvimento da memória e da cognição, tecnologias assistivas, jogos pedagógicos digitais, e atividades com cores. Conforme relatado pelo professor, a seleção desses recursos considera

fatores como idade, etapa de ensino e objetivos de aprendizagem, podendo ser adaptada ao longo do atendimento sempre que necessário. Essa diversidade de estratégias contribui para um processo de ensino mais dinâmico, favorecendo a participação ativa dos estudantes.

Imagem 3. Acervo de materiais pedagógicos do AEE



Fonte: Acervo das autoras (2026).

Em relação ao processo de inclusão, o professor destacou que esse trabalho tem início antes mesmo do atendimento na Sala de Recursos Multifuncionais, sendo construído diariamente por meio do acolhimento, da criação de vínculos e da participação de toda a comunidade escolar. Essa compreensão está em concordância com Mantoan (2003), ao defender uma educação inclusiva fundamentada no reconhecimento das diferenças e na garantia da participação de todos os estudantes no processo educativo.

Entre os desafios apontados, destacou-se a baixa assiduidade de parte dos estudantes, frequentemente relacionada à pouca participação das famílias. Segundo o professor, as faltas recorrentes comprometem a continuidade do acompanhamento e dificultam o alcance dos objetivos propostos. Essa realidade evidencia que a parceria entre escola e família é indispensável para a efetividade do AEE, uma vez

que a participação familiar fortalece o processo educativo e favorece o desenvolvimento integral dos estudantes.

De modo geral, a experiência permitiu compreender que o Atendimento Educacional Especializado constitui um importante instrumento para a efetivação da educação inclusiva, ao oferecer estratégias que favorecem o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Além de ampliar a compreensão sobre a organização e o funcionamento do serviço, a vivência possibilitou relacionar os conhecimentos teóricos à prática profissional, reforçando a importância do trabalho interdisciplinar e do compromisso coletivo na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

CONCLUSÃO

Ao longo dessa experiência, mergulhamos no universo do Atendimento Educacional Especializado e percebemos o quanto esse serviço é essencial para construirmos uma educação que realmente acolhe a todos. Fica claro que o AEE vai muito além de um simples apoio na escola, ele é uma forma de pensar e agir que busca derrubar as barreiras e garantir que cada estudante possa participar de verdade da vida escolar. A criação desse atendimento, com leis importantes, mostra que nossa sociedade está cada vez mais comprometida em oferecer uma educação justa e que respeite as diferenças de cada um.

O AEE não tenta encaixar ninguém em um molde, mas sim entende o que cada um precisa e cria ferramentas e atividades sob medida. Além de complementar, esse suporte também oferece uma ajuda especial que auxilia a criança a entender melhor o que é ensinado. Essa atenção personalizada não só facilita o aprendizado, mas também contribui para desenvolver a inteligência, as emoções, a comunicação e a cultura de cada um, dando a eles mais autonomia e confiança para a escola e para a vida.

Para sentir de perto o que o Atendimento Educacional Especializado representa, fizemos uma visita emocionante a uma sala de recursos multifuncionais. Observamos três crianças, os dois primeiros com Espectro Autista e a última com TDAH (TEA), em plena atividade.

O professor que havia autorizado o uso de sua imagem, permitindo que pudéssemos registrar cada momento acolhedor, ele usava materiais adaptados, e ele tinha um carinho incrível por cada criança, guiando-as em cada passo.

A cada pequena vitória, um brinquedo encaixado, um desejo comunicado por meio de figuras, a sala se enchia de uma energia boa, de sorrisos e gestos de apoio. Aquela cena, que nós duas presenciamos, era um exemplo perfeito de como esse trabalho funciona, um lugar onde o potencial de cada um é descoberto e celebrado, e onde a educação se adapta à criança, e não o contrário. Essa experiência nos mostrou que o AEE não é só uma ideia bonita, mas uma prática que transforma vidas.

Imagem 4. Alunas da disciplina Educação Especial Inclusiva na visitação



Fonte: Acervo das autoras (2026).

Ainda temos desafios importantes pela frente. É necessário que mais professores estejam bem preparados para esse tipo de atendimento e que as salas de recursos tenham toda a estrutura necessária. Além disso, precisamos superar a ideia de que “integrar” é o mesmo que “incluir”. A colaboração entre famílias, escolas e toda a comunidade é fundamental para que o Atendimento Educacional Especializado cumpra seu papel de transformar a educação, garantindo que ninguém seja abandonado.

Em última análise, o AEE é mais do que um serviço; é uma forma de ver o mundo que defende o direito de todos a uma educação de qualidade. À medida que ele se fortalece, nossas escolas se tornam lugares onde a diversidade é valorizada e onde cada pessoa encontra o que precisa para se desenvolver. Essa experiência, vivida por meio da disciplina de Educação Especial Inclusiva, não apenas nos trouxe novos conhecimentos, mas nos marcou de forma profunda e única.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **O que é o atendimento educacional especializado (AEE)?** Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/censo-escolar/educacao-especial/o-que-e-o-atendimento>. Acesso em: 1 jul. 2026.

BRITO, Luan. 10 perguntas e respostas sobre o AEE. **Diversa**, 29 fev. 2024. Disponível em: <https://diversa.org.br/noticias/10-perguntas-e-respostas-para-entender-o-atendimento-educacional-especializado-aee/>. Acesso em: 1 jul. 2026.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. **Revista CEJ**, Brasília, n. 26, p. 36-44, jul./set. 2004. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/622>. Acesso em: 1 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.html. Acesso em: 1 jul. 2026.

RHEMA NEUROEDUCAÇÃO. **Qual a diferença entre AEE e Educação Especial?** Disponível em: <https://rhemaneuroeducacao.com.br/blog/qual-a-diferenca-entre-aee-e-educacao-especial/>. Acesso em: 1 jul. 2026.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2., 2004, Bauru. **Anais [..]**. Bauru: USC, 2004. CD-ROM. ISBN 85-98623-01-6.

7

RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ATENDIMENTO AEE NA ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ SCHEILLA

*Pedro Henrique Toyama Watanabe¹
Selma Rocha Ramos²*

INTRODUÇÃO

Para uma educação inclusiva, faz-se necessária a participação de toda a sociedade. Daí decorre a importância de construir um sistema educacional que enxergue as necessidades dos alunos, sejam físicas, cognitivas ou comportamentais não como barreiras que impedem o aprendizado, mas sim como oportunidades de diversificar o ensino pedagógico.

Historicamente, as pessoas com deficiência tiveram seus direitos negados por muito tempo. Embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, em 1948, já garantisse o direito à educação para todos, a efetivação desse ensino de qualidade demorou a se consolidar na prática para essa população.

O acesso pleno desse direito não é garantido para todos, pelo fato de a escola não ser pensada para pessoas de diferentes raças, culturas e formas de agir, o que faz a escola um lugar engessado esse tipo de diretrizes faz com que os alunos percam o interesse de estudar, pois não se vê incluído nesse ambiente.

¹ Acadêmico do curso de curso de Psicologia da Universidade Federal de Jataí.
E-mail: pedro.watanabe@ufj.edu.br

² Acadêmico do curso de curso de Letras Português da Universidade Federal de Jataí.
E-mail: selma.ramos@discente.ufj.edu.br

Contudo, apenas inserir o estudante no ambiente escolar não garante um aprendizado eficiente. Como cada indivíduo possui suas próprias singularidades e limitações, torna-se fundamental um ensino voltado para as particularidades de cada aluno.

Nesse cenário, a articulação entre o ensino regular e a sala de AEE é indispensável para construir uma educação equitativa e de qualidade. A classe comum deve se adaptar à realidade do estudante, garantindo que as adaptações curriculares não o isolem nem tornem sua experiência completamente divergente da dinâmica da turma.

Por fim, a sala de AEE não substitui o ensino regular. Ela tem um caráter complementar ou suplementar, e seu objetivo jamais deve ser a segregação; pelo contrário, o foco é trabalhar em consonância com a sala comum para assegurar o pleno desenvolvimento e a autonomia do aluno.

O presente relato de experiência tem como objetivo apresentar as análises e observações realizadas a partir da atividade de campo proposta pela disciplina de *Educação Especial e Inclusiva*, oferecida como matéria de núcleo livre pelo curso de Letras - Português da Universidade Federal de Jataí (UFJ), ministrada pelo Prof. Dr. Tulio Gontijo.

A atividade propôs aos discentes se retirarem do ambiente teórico para confrontar a prática em uma escola de ensino básico no município de Jataí. Especificamente, buscou-se analisar se o Atendimento Educacional Especializado (AEE) está sendo cumprido em conformidade com a Lei nº 13.146/2015, bem como identificar os desafios práticos enfrentados pela escola e pelo profissional responsável por desenvolver as atividades, além do papel dos pais e responsáveis nesse apoio.

Este relatório está estruturado de modo a apresentar o contexto da visita, a análise dos dados coletados durante os atendimentos e as reflexões sobre a importância do AEE na educação dessas crianças.

METODOLOGIA DA PESQUISA

O desenvolvimento metodológico deste relato de experiência se estruturou a partir de uma visita de natureza qualitativa e exploratória, segundo Chizzotti (2006) realizada na Escola Municipal Irmã Sheilla, localizada no município de Jataí-GO. A visita foi viabilizada pelo Departamento de Educação na Perspectiva Inclusiva (DEPI) de Jataí, e realizada por dois discentes da disciplina de Educação Especial Inclusiva ofertada pela Universidade Federal de Jataí (UFJ), com o intuito de estabelecer uma ponte entre os conceitos discutidos em sala de aula e a prática pedagógica da inclusão.

Desde o primeiro momento os discentes foram acolhidos pela comunidade escolar e guiados pela professora responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), a qual conduziu os dois atendimentos observados no período vespertino. A experiência empírica consistiu no acompanhamento de dois atendimentos individuais, cada um com duração aproximadamente de 50 minutos, em que foi possível observar a dinâmica, a mediação pedagógica, o uso de elementos didáticos e a singularidade de cada atendimento.

Para além da observação passiva, os discentes fizeram uma entrevista com a educadora para conhecê-la e entender como ela organiza seus atendimentos, além de compreender seus desafios e conquistas no processo de aprendizado dos alunos. Durante a visita, mediante a autorização da profissional, foi realizada a gravação de áudio da entrevista, além de registros fotográficos e anotações dos atendimentos. Tais recursos foram utilizados para garantir uma análise crítica que possua fidelidade e dignidade aos desafios enfrentados no cotidiano do AEE.

Vale salientar que os acadêmicos utilizaram a inteligência artificial GEMINI, para revisão ortográfica, o uso foi apenas para apontar os erros de desvio ortográfico.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O primeiro atendimento foi realizado das 13:10 às 14:00 com um aluno do 4º ano, que recebeu o diagnóstico recentemente de autismo e que chamaremos de aluno 1. Inicialmente, a professora explicou a criança o porquê da presença dos dois observadores na sala, mas a criança aparentemente não se sentiu incomodada com nada, então logo começaram realizando a “localização do tempo e espaço”, como a professora disse, que consiste em olhar junto do aluno qual era o dia, o mês, o ano e o horário, utilizando um calendário que ficava preso à parede e um relógio de ponteiro que era deixado na mesa. Após isso, foi pego uma espécie de dominó com cálculos matemáticos, em que uma peça possui uma conta de subtração e o resultado para outra peça, de modo que após conectar todas as peças forme um quadrado, em que a primeira peça possua o resultado para a última subtração.

Sendo assim, a criança primeiramente separou as peças em resultados de 1 à 9, depois de 10 à 19 e por fim, os que se encontram entre 20 e 30. Em seguida, ao finalizar a separação, o aluno pegou um lápis que estava em cima da mesa e pediu um papel para a professora, que assim que recebeu já começou a fazer o primeiro cálculo.

Dessa forma, seguiu-se a atividade, com a professora mantendo uma postura apenas de observadora, intervindo apenas quando a criança fazia algum cálculo errado e a peça que deveria seguir adiante não estava disponível, nestes casos, eles voltavam revisando todas as contas feitas anteriormente até encontrarem onde estava a peça incorreta, reorganizando tudo e voltando a fazer as contas que restavam, isso aconteceu apenas 2 vezes durante a atividade, sendo a primeira vez quando estava na metade das peças aproximadamente e a outra no final da atividade, quando ele completou todo o quadrado, mas sobrou 1 peça.

Imagem 1. Imagem da atividade com dominó matemático



Fonte: Acervo dos autores (2026).

Finalizada a atividade, a professora perguntou se ele estava cansado, por ter sido uma atividade bem extensa, mas ele logo respondeu que estava bem. Sendo assim, a orientadora pegou a caixa do brinquedo e o guardaram, então mostrou novamente o relógio e foram olhar o horário, respondendo inicialmente que eram “duas horas”, mas após o auxílio da professora, percebeu que na verdade eram “uma e cinquenta”, concluindo que eles tinham passado 40 minutos realizando a atividade.

Em seguida, pegaram os materiais para a próxima atividade, que consistia em ler alguns papéis que continham algumas frases simples e em seguida juntá-las com algumas figuras que representavam o que estava escrito no papel. Durante a dinâmica, a professora pediu para o aluno inicialmente ler todas as frases e colocá-las sobre a mesa, corrigindo algum erro de leitura quando era cometido, e em seguida pedindo para fazer a conexão com as imagens, perguntando o que possuía na figura que estivesse representando a frase lida.

Imagem 2. Atividade com frases e imagens



Fonte: Acervo dos autores (2026).

Desse modo, foi realizado por completo a atividade e, assim que guardaram tudo, pegaram novamente o relógio, observando que agora já eram 14:05 e que já tinha acabado o tempo do encontro, então a professora pediu para identificar no calendário quando seria o próximo encontro, que no caso seria apenas após as férias, em agosto. Assim, finalizaram o encontro com ele escolhendo a paçoca dentre os doces que a professora possuía, e sendo conduzido até a saída da escola pela mesma.

Sobre o segundo atendimento, ele começou às 14:20 com o aluno 2, que é uma criança com autismo e não verbal, mas que conseguia projetar sons com a boca. Inicialmente, ele pareceu mais tímido com a presença dos observadores, ficando abraçado com a professora, mas logo ele começou a gesticular querendo pegar algo na prateleira de brinquedos, então, acompanhando a professora, ele retirou um saco de macarrão e a professora pegou juntamente um “colar de macarrão”

na tentativa de colocar nele e estabelecer alguma brincadeira, mas rapidamente demonstrou que não queria e só pegou um macarrão do pacote e começou a comer ele, então a professora logo guardou tudo na prateleira, pegando outros brinquedos e começou a mostrar um livro pra ele.

Imagem 3. Prateleira de brinquedos disponíveis na sala do AEE



Fonte: Acervo dos autores (2026).

De início, como era um livro com variadas texturas pelas páginas, a professora tentou fazer ele passar a mão pelas diferentes materiais, mas logo ele fechou o livro e começou a bater de forma fraca o livro na própria cabeça, diante disso, ela logo tirou o livro da mão dele, falando que ele não podia ficar batendo em si mesmo. O próximo livro pego pela professora, ao ser dado ao menino, já se tornou outro objeto para ele bater da mesma forma na sua cabeça, então, após ser tomado novamente pela professora, o livro dessa vez tinha uma espécie de labirinto com uma bolinha que mexia dentro dele, então ela mostrou ao aluno e tentou fazer ele mexer, mas logo foi novamente pego e começou a bater

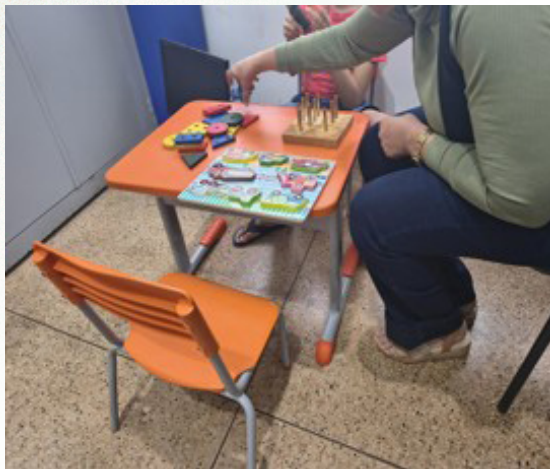
o pulso no labirinto do livro, sendo assim, mais uma vez foi retirado o livro de suas mãos e propôs brincar com um brinquedos de encaixe de formas geométricas.

Assim sendo, a professora deu o exemplo, retirando algumas peças, o que fez com que o aluno logo em seguida começasse a tirar também. Contudo, após tirar todas as peças, ele pegava as pecinhas e começava a bater, tanto em seu pulso, quanto na cabeça, o que foi se repetindo algumas vezes, até a professora falar que “não precisava se bater”, “que não era mal criado e que não estava precisando apanhar”, então logo em seguida ela propôs recolocar as pecinhas no encaixe, o que inicialmente ele errou, mas logo já entendeu toda a dinâmica e começando a acertar os encaixes das peças.

Durante o encontro, foi dito que a mãe do aluno acredita que ele escuta, mas a professora disse que discorda dessa afirmação e comenta que ele também não olha nos olhos das outras pessoas. Outro ponto que ela comentou, é que as demais professoras tentavam de tudo fazer ele segurar o lápis, o que até hoje ainda não foi possível, mas que a professora do AEE comentou que ele não possui essa capacidade de coordenação motora fina para pegar no lápis de forma adequada, afirmando que seria necessário um processo longo até alcançar essa conquista.

Logo em seguida, a professora pegou um brinquedo de encaixe com formato de carros, de modo que ela propôs brincarem de carrinho, mas novamente o aluno apenas pegou uma das peças e ficou batendo na cabeça, o que, segundo a professora, mostra que em dias que ele tá mais agitado, ele fica se punindo, que seria essa ação de ficar batendo com objetos na cabeça ou em outra parte do corpo. Assim, a professora encerrou a brincadeira e propôs guardar os carrinhos, colocando-os nos seus devidos encaixes, o que ele conseguiu fazer sem problemas.

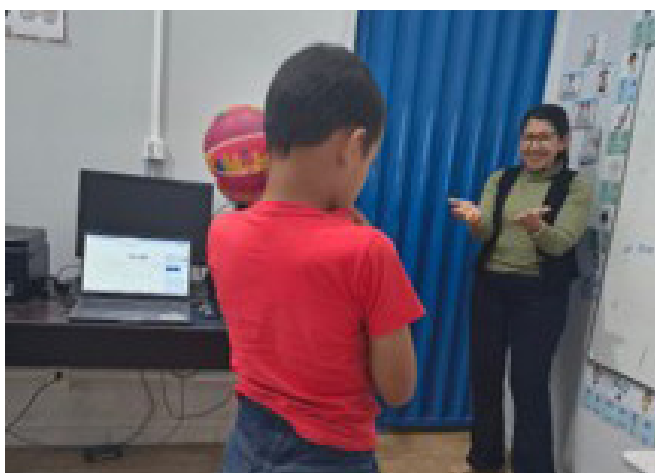
Imagem 4. Brinquedos de encaixe



Fonte: Acervo dos autores (2026).

Em seguida, o aluno demonstrou que estava com vontade de urinar, então a professora logo o levou ao banheiro, porque segundo ela, já teve casos em que ele urinou na roupa. Assim, quando voltaram, pegaram a bola de plástico que estava na estante, e foram brincar de ficar jogando a bola um para o outro, mas, em nenhum momento ele soltava a bola, ficando apenas batendo em si próprio, seja na cabeça, no pulso ou nas costas.

Imagem 5. Brincadeira com a bola

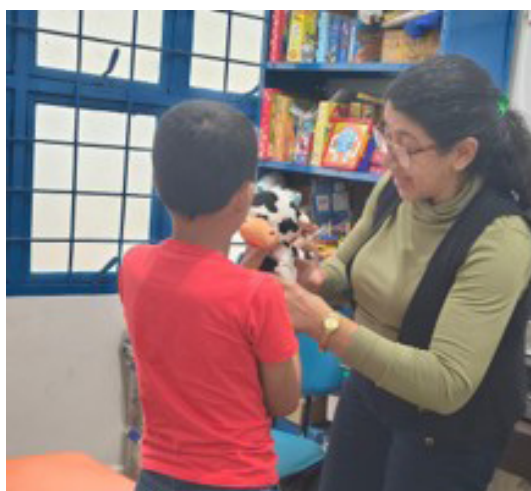


Fonte: Acervo dos autores (2026).

Diante disso, para evitar essa auto agressão, foi proposto colocar uma música, porque segundo a professora, o aluno gostava muito de música, então ela começou a dançar, mas constantemente ele pegava a régua que estava na mesa ao lado e começava a se bater, o que sempre resultava na orientadora tomando a régua e colocando-a na mesa, e segurando na mão dele para dançar, o que após um tempo pareceu despertar o interesse dele. Contudo, logo ele demonstrou que estava com um pouco de sono, sendo proposto então brincar com massinha, mas ele pareceu bem mais interessado no pote, para ficar batendo nele, no que na massinha propriamente.

Assim, com o pouco interesse pela massinha, a professora propôs guardá-las contando quantas massinhas tinham, porém o aluno pegou o pote com as massinhas e voltou a se bater. Desse modo, a professora pegou um fantoche de vaca e começou a brincar com ele, abraçando-o e fazendo carinho em seu rosto. A professora então, após perceber o interesse, tentou colocar o fantoche na mão dele, mas logo retirou e devolveu para ela, que continuou a brincar com a “vaquinha”, fazendo carinho nele e conversando com ele. Por fim, com o fim do horário do atendimento, foi dado um pirulito para ele, encerrando o encontro e levando-o até a sua mãe que já estava esperando na recepção.

Imagem 6. Brincadeira com fantoche



Fonte: Acervo dos autores (2026).

Após esses dois encontros, a orientadora comentou que, para além da sala de atendimentos, na escola também tinha uma biblioteca, que funciona semelhante a uma sala livre, em que as professoras podem utilizar como uma sala à parte para trazer alguns alunos com deficiência em momentos de estresse durante as aulas, mas também para realizar atividades com a sala como um todo, não sendo específica para o AEE.

No período entre os dois atendimentos e após o atendimento do aluno 2, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a professora. Inicialmente nos apresentamos formalmente como estudantes da UFJ, e descrevemos nossos objetivos com essa visita e logo solicitamos a autorização para gravar a entrevista, que após a permissão dela, já iniciamos as perguntas. Sobre a profissional, ela disse que é formada em pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) - unidade Jataí, atual UFJ, e em psicopedagogia pela Faculdade de Anicuns, completando, neste ano de 2026, 40 anos de atuação na área da educação, mas que começou a trabalhar nessa área ainda antes de possuir uma formação. Sobre sua entrada para o AEE, ela afirmou que enquanto trabalhava com a educação infantil, foi convidada inúmeras vezes para trabalhar na educação especial, mas que por muito tempo foi relutante, porque temia não conseguir ajudar os alunos, contudo, em um determinado momento percebeu que deveria sim entrar nessa área, o que, após enfrentar muitas dificuldades com esse novo trabalho, finalmente se apaixonou pela área e por isso atualmente completa 13 anos de atuação trabalhando com educação especial na Escola Municipal Irmã Scheilla, instituição essa que ela elogia muito sobre a sua dinâmica de funcionamento, por mais que tenha um desfalque muito grande de profissionais, o que resulta em baixíssimos números de profissionais de apoio nas salas.

Normalmente, a entrevistada atua nos dois períodos, atendendo as crianças em seus contraturnos, ou seja, os alunos que estudam pela manhã são atendidos à tarde, enquanto os que estudam de tarde são atendidos pela manhã. Sabendo disso, com uma agenda normalmente muito cheia durante a semana, ela já programa todos os encontros

e monta os cronogramas nos finais de semanas, de modo a sempre apresentá-los à coordenação no início da semana, e as atividades são sempre elaboradas de modo a casar com o conteúdo em que as crianças estão vendo em sala de aula, muitas vezes servindo como um apoio para ajudá-las a acompanhar o restante da turma, com exceção de duas crianças em específico, sendo uma delas o aluno 2, que possuem um nível de suporte maior, o que impede que muitas vezes eles sigam um cronograma mais rígido. No geral, a profissional atua atendendo principalmente alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), e seus materiais, são predominantemente feitos por ela, de modo que muitas vezes utiliza do seu próprio dinheiro para imprimir e plastificar algumas atividades, mas não por falta de apoio da instituição, mas sim por preferência própria, já que dessa forma ela consegue criar materiais lúdicos de forma mais criativa e sem tantas dificuldades burocráticas se tivesse que utilizar algum recurso da escola.

Por fim, a profissional, apontou que, dentre um dos problemas mais específicos da população atendida é que, por mais que haja uma boa comunicação com os pais, muitos desses optam, ou por dificuldades financeiras, ou apenas por comodidade, deixar seus filhos com deficiência apenas sob os cuidados da profissional entrevistada, não levando-os à profissionais da saúde especializados para tratá-los de forma adequada, privando-os de um acompanhamento médico, exames regulares e medicação. O que segundo ela é indispensável para a evolução dessas crianças, já que ela mesmo não pode diagnosticar nenhum laudo específico, nem tem conhecimento e permissão legal para realizar qualquer tipo de tratamento propriamente dito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa experiência foi muito gratificante e me impactou de uma forma muito boa. Quando se é estagiário e se entra em um colégio, muitas vezes somos desmotivados pelo corpo docente da instituição e até pelo professor que vamos acompanhar. Antes de chegar à escola, eu estava com o pensamento de que aquela experiência iria me desmotivar a

seguir a profissão de professora. Ao escolher qualquer curso de licenciatura já somos desmotivados na família e, principalmente, nas redes sociais, porque só o que viraliza é o desrespeito e a desvalorização da escola. Mas ver aquele atendimento, a dedicação, o amor e a paciência da professora com os alunos foi emocionante e inspirador. A felicidade com que ela conta sobre as conquistas dos alunos é muito bonita. Ser professor é isso: ficar feliz com as conquistas do aluno e mostrar para ele que a escola é um lugar de acolhimento e não de julgamento, e que o aluno contribui muito para esse ambiente.

REFERÊNCIAS

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 7 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicainclusiva.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas, Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 7 jul. 2026.

8

RELATO DE EXPERIÊNCIA

OBSERVAÇÕES SOBRE A PRÁTICA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Bruna Pereira Alves¹

Maria Eduarda Santos Pereira²

Maria Joaquina Almeida Carvalho Barros³

INTRODUÇÃO

A educação constitui um direito fundamental de todo ser humano e representa um dos principais instrumentos para o desenvolvimento social, cognitivo e cultural dos indivíduos. Mais do que a simples transmissão de conhecimentos, o ambiente educacional exerce papel essencial na formação cidadã, no desenvolvimento da autonomia e na promoção da participação social (Saviani, 2013). Nesse sentido, pensar na educação implica reconhecer que cada estudante possui características, ritmos de aprendizagem, habilidades e necessidades próprias, exigindo da escola uma postura acolhedora, flexível e comprometida com a equidade no processo de ensino-aprendizagem.

Dentro dessa perspectiva, a educação inclusiva surge como um modelo educacional que busca garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes no ambiente

1 Acadêmica do curso de Fisioterapia da Universidade Federal de Jataí.
E-mail: Bruna.pereira@discente.ufj.edu.br

2 Acadêmica do curso de Fisioterapia da Universidade Federal de Jataí.
E-mail: maria.pereira1@discente.ufj.edu.br

3 Acadêmica do curso de Fisioterapia da Universidade Federal de Jataí.
E-mail: Maria.joaquina@discente.ufj.edu.br

escolar, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sensoriais, sociais ou emocionais (Unesco, 1994; Brasil, 2015). Diferentemente de modelos educacionais excludentes do passado, nos quais alunos com deficiência ou dificuldades específicas eram frequentemente segregados em instituições separadas, a inclusão escolar propõe uma reorganização da escola para que ela seja capaz de atender à diversidade humana em sua totalidade. A inclusão não se resume apenas à presença física do estudante em sala de aula, mas envolve a construção de práticas pedagógicas que favoreçam sua participação efetiva e seu desenvolvimento integral.

No Brasil, o direito à educação inclusiva é considerado um importante marco legal. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 205 (Brasil, 1988), que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida com a colaboração da sociedade para assegurar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Complementando esse princípio, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), determina que a educação especial deve ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino, promovendo condições para que estudantes com necessidades educacionais específicas tenham acesso ao ensino de forma equitativa.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelece diretrizes para garantir o acesso e permanência dos estudantes público-alvo da educação especial (Brasil, 2008), isso fortaleceu significativamente o debate sobre inclusão ao estabelecer diretrizes voltadas à eliminação de barreiras que dificultam a participação dos estudantes no ambiente escolar.

Posteriormente, a Lei Brasileira de Inclusão reforçou esse compromisso ao assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino, reconhecendo que a deficiência não deve ser vista como impedimento isolado do indivíduo, mas em interação com barreiras presentes na sociedade (Brasil, 2015).

Nesse cenário, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) assume papel fundamental na consolidação da educação inclusiva. O AEE se caracteriza como um serviço complementar e suplementar ao ensino regular, voltado à identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade que favoreçam a autonomia e o desenvolvimento dos estudantes.

Sua função não é substituir o ensino da sala regular, mas oferecer suporte específico que possibilite ao aluno superar barreiras relacionadas à aprendizagem, à comunicação, à mobilidade e à participação escolar.

A atuação do profissional do AEE exige sensibilidade, conhecimento técnico e capacidade de adaptação constante, uma vez que cada estudante apresenta demandas particulares. Nesse contexto, torna-se indispensável o uso de metodologias diversificadas, recursos concretos, estratégias lúdicas e intervenções individualizadas capazes de respeitar o ritmo de aprendizagem de cada criança. O trabalho desenvolvido nesse espaço demonstra que a inclusão efetiva depende não apenas de legislação ou políticas públicas, mas também de práticas pedagógicas intencionais, planejamento adequado e compromisso profissional.

METODOLOGIA

O presente trabalho se caracteriza como um relato de experiência de natureza descritiva, com abordagem qualitativa, elaborado a partir de uma visita técnica realizada em uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), proposta como atividade da disciplina de Educação Especial Inclusiva. De acordo com Cordeiro *et al.* (2023), os estudos descritivos exploratórios qualitativos permitem compreender melhor a produção científica em determinada área.

A atividade foi desenvolvida por um grupo composto por três acadêmicas, com o objetivo de aproximar os conhecimentos teóricos discutidos em sala de aula da realidade prática da educação inclusiva. A visita ocorreu na Escola Municipal Infantil Pedacinho do Céu, instituição localizado em Jatai-Go que oferece atendimento educacional

especializado a crianças com necessidades educacionais específicas, incluindo estudantes com diagnósticos já estabelecidos e outros em processo de investigação e acompanhamento pedagógico.

A visita teve duração aproximada de duas horas, período em que foi possível acompanhar diferentes momentos de atendimento realizados pela professora responsável pelo AEE. Durante esse tempo, utilizou-se a observação direta como principal método de coleta de informações, permitindo o acompanhamento prático da dinâmica do atendimento, da organização do ambiente, da interação entre professora e estudantes, bem como das metodologias pedagógicas aplicadas no processo de ensino-aprendizagem.

A observação realizada teve caráter não participante (Marietto, 2018), uma vez que as acadêmicas mantiveram postura predominantemente observacional durante os atendimentos, buscando interferir o mínimo possível na dinâmica natural das atividades.

Durante os atendimentos, foi possível observar o uso de recursos didáticos variados, incluindo materiais concretos, brinquedos pedagógicos, atividades lúdicas e instrumentos de estímulo cognitivo. Esses recursos demonstraram a importância da adaptação pedagógica no desenvolvimento das habilidades acadêmicas, cognitivas e sociais dos estudantes.

Além da observação prática, também foi realizada uma entrevista com a professora responsável pelo AEE, por meio de perguntas previamente elaboradas pelo grupo. As perguntas foram construídas com a finalidade de compreender aspectos relacionados à organização do atendimento, ao perfil dos estudantes atendidos, às metodologias de ensino adotadas, aos principais desafios encontrados no cotidiano profissional e à relevância do AEE no contexto da inclusão escolar.

A entrevista possibilitou obter informações complementares que não poderiam ser percebidas apenas pela observação, especialmente no que se refere aos processos de acompanhamento individual, à evolução das crianças atendidas e à articulação entre o AEE, a sala regular e as famílias. Esse momento também contribuiu para ampliar

a compreensão sobre a complexidade do trabalho desenvolvido pela profissional e sobre a necessidade de intervenções individualizadas.

As informações coletadas durante a visita foram registradas a partir das observações realizadas pelas acadêmicas e das respostas fornecidas pela professora. Posteriormente, esses dados foram organizados e analisados de forma reflexiva, relacionando a experiência vivenciada aos referenciais teóricos estudados na disciplina.

Dessa forma, a metodologia adotada permitiu uma compreensão mais ampla acerca da atuação do Atendimento Educacional Especializado, possibilitando analisar sua contribuição no desenvolvimento educacional, cognitivo e social dos estudantes, bem como sua relevância na construção de práticas educacionais verdadeiramente inclusivas.

Vale salientar que a ferramenta de inteligência artificial (**ChatGPT** - modelo GPT-5.5) foi utilizada para transcrição de respostas gravadas em áudio da professora a partir de arquivos fornecidos pelas autoras do trabalho.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

A vivência prática teve início com a chegada a Escola Municipal Infantil Pedacinho do Céu por volta das 14h30. Após uma conversa inicial na coordenação, fomos encaminhadas à diretoria, onde recebemos uma excelente acolhida e fomos direcionadas à sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Ao entrarmos no espaço, a professora responsável já havia iniciado o atendimento de duas crianças e, para não atrapalhar a dinâmica e o foco dos alunos, optamos por sentar em um canto da sala para observar o trabalho. Nos intervalos entre um atendimento e outro, iniciamos uma entrevista com a docente, que se mostrou muito receptiva e respondeu prontamente a todas as perguntas formuladas e contou sobre seu dia a dia no AEE.

Imagem 1. Perguntas feita a professora.

- 1- Nome:
- 2- Quanto tempo atua no AEE?
- 3- Como funciona a organização e o limite de alunos nos atendimentos do AEE atualmente?
- 4- Quantos alunos por atendimento?
- 5- Como funciona o processo para que o aluno consiga receber o atendimento?
- 6- Como funciona o atendimento para os alunos que ainda não possuem o laudo?
- 7- A escola ou a prefeitura oferecem cursos de capacitação e formação continuada para a atualização dos métodos de ensino no AEE?
- 8- Após a inserção do aluno no AEE, os pais costumam relatar à senhora alguma melhora perceptível na autonomia da criança em ambientes externos, como em casa ou na rua?
- 9- Na sua prática profissional, qual o perfil de diagnóstico que costuma apresentar maiores desafios no processo de evolução pedagógica?
- 10- Qual a importância da utilização de recursos lúdicos e brinquedos pedagógicos na alfabetização dos alunos assistidos?
- 11- De que maneira a sala de recursos do AEE adquire seus materiais didáticos e brinquedos pedagógicos?
- 12- Como é para a senhora, do ponto de vista pessoal e profissional, presenciar os resultados e a evolução dos alunos que passam pelo AEE?
- 13- A incidência de casos diagnosticados nesta escola especificamente é alta? Qual é o perfil predominante?

Fonte: Acervo das autoras (2026).

A visita à sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) permitiu compreender, na prática, a complexidade do trabalho desenvolvido nesse espaço e sua importância no fortalecimento da educação inclusiva. A observação dos atendimentos, aliada à entrevista realizada com a professora responsável, possibilitou identificar aspectos fundamentais relacionados à organização do serviço, às estratégias pedagógicas utilizadas e aos desafios enfrentados no cotidiano profissional.

Para compreender a origem desse compromisso diário com a inclusão observado durante a visita, torna-se essencial resgatar a própria trajetória da profissional. Ela ingressou no concurso público da pedagogia em 2014 e passou a se dedicar exclusivamente à Educação Especial em 2022, durante o período da pandemia. A escolha pela área foi motivada por uma forte identificação e afeto pelas crianças com barreiras no aprendizado.

Na entrevista, a docente destacou uma preocupação constante com a autonomia futura desses alunos, apontando a alfabetização como um objetivo vital para que eles tenham independência na vida civil, em tarefas simples como ler os rótulos de produtos em um supermercado.

Um dos primeiros aspectos discutidos durante a entrevista foi a quantidade de alunos atendidos no AEE. Segundo a professora, anteriormente existia um limite menor de estudantes por sala, porém atualmente esse número pode chegar a 20 ou até 25 alunos. Em sua percepção, esse aumento compromete a qualidade do atendimento, uma vez que o AEE exige atenção individualizada e acompanhamento próximo das necessidades específicas de cada criança. A profissional destacou que, quando há excesso de alunos, o atendimento corre o risco de se aproximar de um simples reforço escolar, afastando-se de sua real proposta pedagógica, que consiste em oferecer suporte especializado e adaptado às particularidades de cada estudante.

Esse relato evidencia um desafio importante da educação inclusiva: garantir não apenas o acesso ao atendimento, mas também a qualidade desse serviço. A sobrecarga de alunos pode dificultar a personalização das intervenções, especialmente em casos mais complexos, como crianças com autismo severo ou deficiência intelectual significativa.

Durante a entrevista, a professora relatou que, diante de casos com maior grau de comprometimento, prefere realizar atendimentos individuais para oferecer suporte mais direcionado e adequado às necessidades do aluno.

Apesar de a prioridade legal de atendimento ser voltada aos estudantes laudados, a realidade prática da escola impõe o manejo de alunos que ainda não possuem o diagnóstico formalizado. A professora relatou acolher casos enviados pela própria escola devido a dificuldades na sala de aula regular, buscando uma forma de encaixá-los na rotina de atendimentos, recorrendo a agrupamentos quando a agenda se encontra saturada. Um exemplo desse cenário envolve um

estudante de nove anos que iniciou o acompanhamento no AEE sem saber ler palavras simples. Mesmo sem o laudo finalizado pela médica neurologista, o suporte pedagógico permitiu avanços significativos na alfabetização da criança.

Outro aspecto relevante observado foi a predominância de atendimentos voltados para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), TDAH e Transtorno Opositivo-Desafiador (TOD). A professora relatou que, na instituição visitada, a maior parte dos alunos atendidos possui diagnóstico relacionado ao espectro autista.

Um ponto interessante levantado durante a conversa foi a mudança de percepção da própria profissional em relação ao autismo. Inicialmente, ela associava o TEA a manifestações mais clássicas, como ausência de fala e presença evidente de estereotípias.

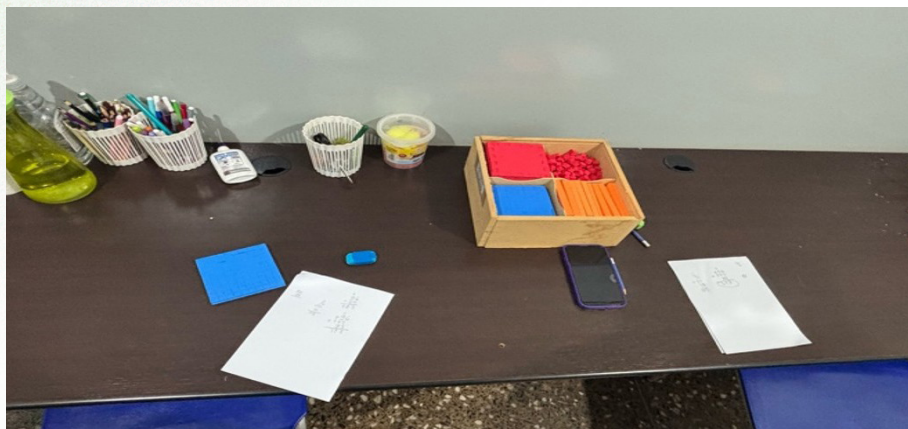
No entanto, sua experiência prática permitiu compreender a ampla heterogeneidade do espectro, reconhecendo que muitos indivíduos autistas podem apresentar características menos perceptíveis externamente. Essa observação reforça a importância de compreender o autismo como um espectro diverso, evitando generalizações e estereótipos.

A professora também destacou que os casos de Deficiência Intelectual (DI) costumam representar desafios ainda maiores no processo pedagógico quando comparados a casos de autismo leve ou moderado. Segundo seu relato, alunos com DI frequentemente apresentam maior oscilação na retenção de conteúdos, exigindo retomadas constantes de conceitos já trabalhados. Esse aspecto evidencia como o processo de aprendizagem no AEE requer planejamento contínuo, flexibilidade metodológica e acompanhamento individualizado.

Durante a observação prática, foi possível perceber de forma clara a aplicação de metodologias adaptadas e recursos lúdicos como instrumentos centrais no processo de ensino-aprendizagem. No atendimento com as duas primeiras crianças, a professora utilizou materiais concretos para trabalhar conceitos matemáticos, permitindo que os alunos manipulassem visualmente unidades, dezenas e centenas

por meio de blocos organizados em fileiras. Essa estratégia facilitava a compreensão abstrata da matemática, tornando o conteúdo mais acessível e significativo.

Imagem 2. Material dourado



Fonte: Acervo das autoras (2026).

Imagem 3. Professora utilizando o Material dourado com os alunos



Fonte: Acervo das autoras (2026).

No segundo atendimento, observou-se o uso de brinquedos pedagógicos voltados à alfabetização, em que a criança precisava associar palavras às respectivas imagens. Esse tipo de atividade demonstrou grande eficácia na estimulação da leitura e do reconhecimento fonológico.

A professora reforçou, durante a entrevista, que os recursos lúdicos aumentam significativamente o rendimento pedagógico, pois favorecem o engajamento e mantêm o interesse da criança durante a atividade. Segundo seu relato, o brincar constitui uma linguagem fundamental no processo de aprendizagem infantil, especialmente em contextos de educação especial.

Imagem 4. Aluno utilizando o alfabeto móvel ilustrativo



Fonte: aAcervo das autoras (2026).

Imagem 5. Professora auxiliando o aluno a utilizar o alfabeto ilustrativo



Fonte: Acervo das autoras (2026).

Outro tema amplamente discutido foi a participação da família no desenvolvimento da criança. De acordo com a professora, o acompanhamento familiar exerce impacto direto na evolução dos alunos.

Crianças cujos pais acompanham tarefas, incentivam a prática em casa e mantêm comunicação com a escola tendem a apresentar progressos mais evidentes. Em contrapartida, a ausência desse suporte pode dificultar o avanço pedagógico. A profissional destacou que a criança percebe quando os pais demonstram interesse em seu aprendizado, o que favorece motivação, comprometimento e continuidade das estratégias trabalhadas no AEE.

Esse aspecto foi reforçado por relatos de situações em que algumas famílias demonstravam resistência ou baixa adesão ao acompanhamento. Em certos casos, mesmo diante da recomendação escolar, alguns responsáveis demoravam a buscar atendimento especializado. Tal realidade evidencia que a inclusão escolar não depende exclusivamente da atuação da escola, mas também do envolvimento familiar e da construção de uma rede de apoio consistente em torno da criança.

A entrevista também revelou desafios estruturais importantes. Embora exista previsão de recursos públicos destinados ao AEE, a professora relatou que muitos materiais utilizados atualmente foram adquiridos com recursos próprios dos profissionais. Jogos pedagógicos, materiais organizacionais e diversos instrumentos de apoio frequentemente são custeados pelos próprios professores para suprir necessidades imediatas da sala.

Além disso, foi relatada a ausência de equipamentos tecnológicos considerados importantes, como computadores de mesa, que poderiam ampliar possibilidades pedagógicas. Essa realidade demonstra que, apesar dos avanços legais no campo da inclusão, ainda persistem limitações estruturais que impactam diretamente a qualidade do atendimento.

Imagem 6. Materiais didáticos do AEE



Fonte: Acervo das autoras (2026).

Outro ponto relevante diz respeito à formação continuada dos profissionais. A professora relatou que a prefeitura oferece capacitações frequentes, geralmente mensais, organizadas pelo setor de inclusão.

Esse aspecto demonstra preocupação institucional com a atualização profissional, fator indispensável diante da constante evolução dos conhecimentos sobre desenvolvimento infantil, neurodiversidade e práticas pedagógicas inclusivas. Entretanto, também foi mencionado que áreas específicas, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), ainda carecem de maior continuidade formativa e oportunidades práticas de uso.

Um dos aspectos mais marcantes da entrevista foi a dimensão humana do trabalho no AEE. Ao relatar a evolução das crianças, a professora demonstrou forte envolvimento emocional e afetivo com sua atuação. Segundo seu depoimento, acompanhar o progresso de uma

criança que inicialmente não conseguia ler e posteriormente inicia seu processo de alfabetização gera profunda gratificação pessoal e profissional.

Essa fala evidencia que o trabalho no AEE ultrapassa dimensões técnicas e pedagógicas, envolvendo também sensibilidade, empatia e compromisso com o desenvolvimento humano.

Dessa forma, a experiência vivenciada permitiu compreender que o Atendimento Educacional Especializado desempenha papel indispensável na promoção da inclusão escolar. O AEE não se limita ao reforço de conteúdos acadêmicos, mas atua como espaço de mediação, adaptação e potencialização das capacidades individuais.

Imagem 7. Fotografia da professora entrevistada e das acadêmicas



Fonte: Acervo das autoras (2026).

Apesar dos desafios relacionados à superlotação, à escassez de recursos e às dificuldades de adesão familiar, observou-se que o trabalho desenvolvido nesse espaço produz impactos significativos no desenvolvimento cognitivo, pedagógico e social dos estudantes atendidos.

CONCLUSÃO

A experiência vivenciada durante a visita à sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) proporcionou uma compreensão mais ampla e concreta acerca da importância desse serviço no contexto da educação inclusiva. A observação prática permitiu visualizar, de maneira real, como as adaptações pedagógicas, os recursos lúdicos e as estratégias individualizadas contribuem significativamente para o desenvolvimento acadêmico, cognitivo e social das crianças atendidas.

Ao longo da visita, tornou-se evidente que o AEE exerce um papel que vai além do suporte pedagógico complementar, configurando-se como um espaço fundamental para a identificação de potencialidades, redução de barreiras de aprendizagem e fortalecimento da autonomia dos estudantes. As atividades observadas demonstraram que, quando o ensino é planejado de acordo com as necessidades específicas de cada criança, o processo de aprendizagem se torna mais acessível, significativo e eficaz.

A entrevista realizada com a professora responsável pelo atendimento também possibilitou compreender os desafios presentes na prática profissional. Questões como o aumento no número de alunos atendidos, a limitação de recursos materiais, a necessidade constante de adaptações metodológicas e a participação variável das famílias mostram que a efetivação da inclusão escolar ainda enfrenta obstáculos importantes. Durante a visita ficou evidente o compromisso da profissional em buscar estratégias que favoreçam o desenvolvimento de cada aluno, mesmo diante das limitações estruturais existentes.

Outro aspecto marcante observado foi a importância da participação familiar no processo de aprendizagem. O acompanhamento dos responsáveis se mostrou diretamente relacionado à evolução das crianças, reforçando que a inclusão escolar é um processo coletivo, que depende não apenas da escola e do professor, mas também do envolvimento da família e de uma rede de apoio consistente.

Além dos conhecimentos técnicos adquiridos, a experiência também promoveu uma importante reflexão humana e profissional.

A visita permitiu compreender que trabalhar com educação inclusiva exige mais do que conhecimento teórico; exige sensibilidade, empatia, paciência e capacidade de reconhecer as singularidades de cada indivíduo. Cada pequeno avanço observado, seja na leitura, na concentração, na socialização ou na autonomia representa uma conquista significativa no desenvolvimento da criança.

Conclui-se que o Atendimento Educacional Especializado possui papel indispensável na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva. O AEE contribui não apenas para a aprendizagem formal, mas também para o fortalecimento da autoestima, da independência e da participação social dos estudantes.

Por fim, a visita possibilitou relacionar teoria e prática de maneira engrandecedora, ampliando a compreensão sobre a relevância da inclusão escolar e reforçando a necessidade de práticas educacionais cada vez mais acessíveis, humanizadas e comprometidas com o desenvolvimento integral de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 21 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: Acesso em: 21 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Políticas de Educação Especial**. Brasília, DF: MEC/SECADI, [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/secadi/MRE_PoliticasEducaoEspecial.pdf. Acesso em: 21 jun. 2026.

CORDEIRO, Fernanda de Nazaré Cardoso dos Santos; CORDEIRO, Herbert Paulino; PINTO, Luis Otavio; SEFER, Celina Cláudia Israel. Estudos descritivos exploratórios qualitativos: um estudo bibliométrico. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 6, n. 3, p. 11670-11681, jun. 2023. DOI: 10.34119/bjhrv6n3-259.

JUSBRASIL. **Decreto n.º 12.686/2025**: nova política nacional de educação especial inclusiva. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/decreto-n-12686-2025-nova-politica-nacional-de-educacao-especial-inclusiva/5149416571>. Acesso em: 21 jun. 2026.

MARIETTO, Marcio Luiz. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 17, n. 4, p. 5-18, 2018. Universidade Nove de Julho. Disponível

em: <<https://www.redalyc.org/journal/3312/331259758002/html>>. Acesso em: 06 jul. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, França, 10 dez. 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 21 jun. 2026.

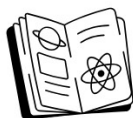
SAVIANI, Dermeval. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.34, n. 124, p. 743-760, jul./set.2013.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca, Espanha: UNESCO, 1994.

DEIXE SUA MARCA, PUBLIQUE COM A GUARÁ



TESES, DISSERTAÇÕES E TCC'S
Adaptamos seu trabalho para publicação,
levando seu trabalho para mais pessoas.



CAPÍTULO DE LIVRO
Transforme seu artigo ou trabalho acadêmico
em um capítulo de livro.



EBOOKS
Publique na versão digital e tenha seu
trabalho disponível em diversos dispositivos.

 @guaraeditora

 64 9 9604-0121

 contato@guaraeditora.com.br

 guaraeditora.com.br



